

Boletim da

Dezembro / 93 - Nº 20
Associação Brasileira
de Antropologia

ABA

Guaranis em
busca da
Terra sem Mal

Página 16

O programa
da próxima
reunião da ABA

Página 8

A demarcação
das terras
Ticuna

Página 14 e 15

NOVO ESTATUTO
O QUE
MUDARÁ?

Páginas 9 a 12

Construção da Aikrepoti,
atividade etnopedagógica

Página 4 e 5

A "ineficácia" da antropologia

Página 6



A programação da XIX Reunião da ABA foi definida e está incluída neste número do Boletim. Para tanto, a comissão Organizadora local e o Conselho Diretor da ABA mantiveram diferentes contatos. Uma reunião do Conselho Diretor, com a participação de representantes da UFF, foi realizada no Departamento de Antropologia da USP, em meados de dezembro, quando se definiu a programação final, a partir de sugestões oferecidas pelos associados.

Simultaneamente, na mesma reunião, a comissão designada para rever o Estatuto apresentou suas propostas. O Estatuto agora é novamente publicado. Ao lado dos artigos que estão sujeitos a alterações, colocam-se em destaque as propostas da comissão. O conselho Diretor também tomou conhecimento dessas sugestões e, em princípio, as aprovou. Contudo, caberá aos associados decidir sobre as alterações finais. Duas Assembléias Extraordinárias, programadas para os dias 28 e 29 de março, às 18 horas, estão sendo convocadas com esta finalidade.

De outra parte, a diretoria realiza esforços para concretizar até março de 94 a publicação do novo Cadastro de Antropólogos. Um bom número de associados prontamente respondeu ao questionário que foi inserido no último Boletim, no início de novembro. Mas há outros que ainda não devolveram o formulário. A intenção é não adiar os prazos, razão de se encarecer aos retardatários que encaminhem os dados para a secretaria da ABA o mais rápido possível. A ABA precisa ter maior visibilidade e nada melhor que um Cadastro atualizado de sócios para dar idéia objetiva sobre a realidade da Entidade.

A Tesouraria também reclama da inadimplência de muitos sócios. O associado que não está em dia com a

sua anuidade não pode votar, não pode ser votado e, certamente, não pode pleitear qualquer auxílio.

Breve outra diretoria assumirá os destinos da ABA. O processo sucessório está em marcha. Além da diretoria, que talvez seja ampliada, há cinco vagas para o Conselho Científico. A ABA sempre conseguiu compor Diretorias bastante representativas e entusiastas. O Boletim está aberto para declarações, manifestos, etc.

De outra parte, o cenário da Antropologia Brasileira continuou bastante movimentado. A IV ABA-Sul foi um sucesso. Cerca de 200 trabalhos inscritos e uma presença forte de estudantes de graduação e de pós-graduação asseguraram o êxito do encontro. As Jornadas Antropológicas, com o patrocínio da fundação Ford, iniciaram-se nos estados do Sul. Diversos concursos para professores de Antropologia estão abertos, ou se realizando, em diferentes IES. O concurso ABA-Ford "Sociedade, Cultura e Ambiente" prenuncia ser um sucesso, à vista do número de pedidos de regulamentação. No Rio de Janeiro, ocorreu a Reunião Barbados III, "Pluralidad Étnica y Projectos de Liberación", congregando um pequeno grupo de colegas brasileiros e latino-americanos. Os projetos para a captação de recursos financeiros para o suporte da XIX Reunião estão em andamento. Diferentes colegas participaram de reuniões a favor da aceleração da demarcação das terras indígenas; sobre os direitos de minorias; contra a violência e a miséria; a favor da cidadania; e pela ética na política e na administração pública. A ABA e os antropólogos têm seus espaços e sabem que através da participação reafirmam princípios e reforçam a profissão. Boas Festas.

Silvio Coelho dos Santos
Presidente

ABA

Associação Brasileira de Antropologia

Departamento de Ciências Sociais/CFH - UFSC
Caixa postal 476 - CEP. 88049
Fax : (0482)34-4069
Fone: (0482)34-1928
BITNET - CS01SCS @ BRUFSC.
BITNET

Florianópolis - Santa Catarina

Presidente

Silvio Coelho dos Santos

Secretária-Geral

Claudia L. Fonseca

Tesoureira:

Cecilia Maria Vieira Helm

Diretores:

Gustavo Lins Ribeiro, João Batista, Borges Pereira, João Pacheco de Oliveira Filho, Raimundo Heraldo Maués

Conselheiros:

Otávio Guilherme A. Velho, Maria Angélica Mota Maués, Ruben George Oliven, Lux Vidal, Yvone Maggie, Mariza Peirano, Aracy Lopes Silva, Joseph François Pierre Sanchis, Pedro Agostinho da Silva, José Sérgio Leite Lopes, Roque de Barros Laraia
Presidente de Honra:
Thales de Azevedo

PRESIDENTE DE COMISSÕES

Assuntos Indígenas:

João Pacheco de Oliveira

Políticas Públicas:

Gustavo Lins Ribeiro

Políticas Culturais :

Antônio Augusto Arantes

Populações Negras :

João Batista Borges Pereira
Comissão de Ética : Roque de Barros Laraia, Antônio Augusto Arantes, Manuela Carneiro da Cunha

BOLETIM DA ABA

Comissão de Apoio e Editoração:

Claudia Fonseca, Esther Jean Langdon, Ilka Boaventura Leite, Maria José Reis, Miriam Grossi
Apoio de Secretaria : Rosana Badalotti

Jornalista Responsável :

Luiza Argolo Reg. 6174/DRT-RS

Edição, diagramação e editoração eletrônica:

Officio Comunicação

Fone : (0482) 22-9058

Impressão:

Única Artes Gráficas

Florianópolis - SC

Rodapé número treze

Cláudia Millito e Hélio Silva*

Ao educador de rua carioca, agente civilizador.

¹³ Tomé. Cláudia relutou um pouco a falar dele. Calado, esquivo, sempre pedindo para voltar lá em casa. Ela até queria, mas os últimos tempos da pesquisa foram tão confusos que nunca dava. Da última vez que ela o encontrou, ele deu uma fotografia sua de presente para ela. Talvez tenha ficado aborrecida pelo fato de ele estar sempre a pedir tantas coisas. Chinelos, sanduíche, número de seu telefone por diversas vezes, poderia estender a lista indefinidamente.

No dia 25 de agosto de 1993, por volta das 19h30min, final de plantão em Copacabana.

"- Final prolongado..."- comentou Wilson, um riso no canto da boca, seu jeito.

É que normalmente terminam mais cedo. Rafael chegara do Canadá com Elisabete, depois de quase um ano de ausência. Visitava as crianças e desenvolvia atividades com elas. Levou balões de soprar para serem desenhados.

Quando Cláudia chegou, os balões distribuídos já haviam sido estourados e Rafael pacientemente punha em circulação um novo estoque. Eram balões brancos presos em hastes plásticas. Elisabete desenhava para os menores. Raposo esmerava-se em seus motivos eróticos: bundas, pênis e xoxotas. Exibia a produção pornográfica insistentemente, em tenaz esforço para chocar Wilson, Cláudia e Cassio. Como os três não dessem atenção, ou melhor, se esforçassem pedagogicamente para fingir que não davam atenção, o jovem desenhista como afrontado e incapaz de admitir inócuo seu arsenal de luxúria, desistia da contemplação gráfica e investia na "performance" agressiva, passando literalmente o balão no rosto dos três e tornando assim metaforicamente nula a distância artista-platéia. Mas, sobretudo, ria muito. A calculada "indiferença" parecia intensificar ainda mais seu furor exibicionista. Sua embriaguez de pequeno fauno não o tornava contudo desastrado. Ainda agitava seu balão, intacto, bem depois que todos os outros balões da segunda distribuição já tinham sido reduzidos a tiras de borracha dispersas na calçada, presas complacentes de outro furor extremamente elástico: o de destruir.

E Tomé estava lá, não parecendo concorrer em quase nada para a algazarra geral. Interrompia seu silêncio, o riso que se expressa quase todo nos olhos, para perguntar a Cláudia, pela enésima vez, quando o levaria de novo à sua casa. Dá de



presente à Cláudia uma foto sua, tirada no pátio da casa do projeto "Se essa rua...", na rua Alice. Anota, outra vez, o número do telefone da pesquisadora. Esta explica que está mudando para Florianópolis, mas ele parece não entender, insistindo que quer o número do telefone. Mostra o pé descalço e informa que seu chinelo foi roubado. Pede um de presente. Wilson reclama dele estar pedindo. Ante a negativa, recua para um sanduíche. Wilson reclama novamente. Imperturbável, vira-se então pro Wilson, no mesmo tom sussurrado:

"- Me dá um cigarro aí..."

Difícil mensurar o que seria mais irritante, a guerrilha fescenina de Raposo ou a imperturbável e monocórdica mansidão de Tomé. Wilson, extenuado, nos estertores do plantão, permite-se esbravejar.

Os educadores, em geral, têm por hábito fornecer cigarros aos meninos. Portanto, não foi tanto pelo insólito do pedido que Wilson resolveu dar "um chega pra lá". É que as circunstâncias eram de molde a tirar a paciência do mais paciente, o que não chega a ser a melhor virtude de Wilson. Então, ele se aborreceu. Explicou para Tomé como era problemático dar um pouco de atenção para eles, como ao receberem qualquer atenção, resvalavam para o abuso. O pequeno sermão despejava-se sobre um ouvinte alheio a um plano ideal de comportamento que se esboçava a sua frente por um Wilson extenuado. Tomé não bocejou, mas à primeira pausa de Wilson, bateu em retirada ao perceber que Rafael retirava da sacola o terceiro lote de bolas e foi pegar mais uma.

Todas essas atividades eram "supervisionadas" por um grupo de cinco policiais, postados em frente ao plantão. Antes mesmo de se deter sobre as atividades do plantão, o grupo já havia chamado a atenção da pesquisadora. Wilson já falara com eles e explicara o que faziam ali. Os

guardas teriam dito que enquanto ali estivessem não haveria problema, mas assim que terminassem o plantão deveriam "dispensar" as crianças, pois estas não deveriam ficar juntas sem que alguém cuidasse delas. Ficaram ainda algum tempo. Depois foram embora.

Embora a data constante nessa transcrição de diário de campo já o indique, vale a pena chamar a atenção do leitor para o fato de que esse episódio é posterior ao "Massacre da Candelária". Valeria a pena confrontá-lo com outra história, transcorrida meses antes nesse mesmo plantão e envolvendo o mesmo educador.

Quem a narra é a Coordenadora do Projeto:

"Chega o pessoal do Batalhão aos gritos: '- Dispersão, dispersão...' Isso é complicado pra gente que trabalha com concentração. Isso simpaticamente, com metralhadora. Os educadores ficaram superameaçados. Ai os meninos aproveitaram: '- Ai, tio. Aquele ali é que mandou eu roubar!' 'Cala a boca, menino!' Wilsinho insistiu numa identificação: '- Preciso pelo menos de uma carta que diga que eu estou trabalhando, que eu sou funcionário do IBASE/IDAC/FASE/ISER. Porque se eles souberem que eu sou funcionário dessas instituições, do IBASE, do Betinho, eles vão ter mais respeito, eles vão saber com quem estão falando.'" - Esses caras cagam pra esse mundo de sociedade civil. Eles não vão saber o que é uma ONG. É melhor você deixar passar. Depois que ele explodir, você explica pra ele'. Ele tanto insistiu que a gente fez a cartinha. Ele foi cheio de coisa, né? '- Identificação!' 'Tá aqui a cartinha'. E o cara rasgou".

(Extraído da etnografia "Infância Pobre no Rio", encomendada por quatro ONG's - ISER/IDAC/FASE/IBASE) UF Alagoas

* Professora Antropóloga F. Alagoas

* Professor Antropólogo UFSC

Anuidade 1993

Comunicamos aos sócios que ainda não efetuaram o pagamento da anuidade da ABA/93 que o valor está estipulado em 43,5 UFIRs (CR\$ 5.976,00). Pedimos que remetam cheque nominal à ABA, Caixa Postal 476, Departamento de Ciências Sociais da UFSC. Florianópolis, Santa Catarina. Fone (0482) 34-1928. (Cecilia Helm - Tesoureira)

Você já atualizou os seus dados para o Cadastro de Antropologia? Mande logo.

A construção da Aikrepoti: atividade etnopedagógica

* André Alvarez, Edilene Costa, João Cunha, Moisés David, Regina Jullão **Kapière Jôpaipaire

Aikrepoti em parkatêjê significa "casa larga" ou, como os Parkatêjê dizem, "casa de caboco" para diferenciá-la da casa construída aos moldes do kupe (denominação que os Parkatêjê dão aos não índios).

Uma aikrepoti é toda construída com material extraído da mata: tronco de árvores, amarras de cipós, palhas de palmeiras...

A escola de 5ª a 8ª séries (1), até maio de 92, estava funcionando num prédio que fora construído para ser um clube recreativo, constituído por um grande salão, uma pequena sala onde se alocou a secretaria, dois banheiros e uma cantina onde se guardam gêneros para serem distribuídos para a comunidade. As aulas estavam sendo ministradas apenas nesse salão, pois fora desativada a "sala" do acampamento onde, no primeiro ano letivo da Escola, também eram dadas aulas.

Dadas as condições térmicas e acústicas do salão, precisava-se de um espaço que oferecesse condições mais amenas para o desenvolvimento das mais variadas atividades.

Essa necessidade levou os alunos e professores a buscarem um espaço alternativo que fosse baseado nos costumes antigos de moradia.

Buscando alternativas para resolver o problema da falta de espaço pensou-se em

ocupar um terreno ocioso de 180 metros quadrados atrás da escola (clube), onde se deixava crescer um matagal e que servia ainda para acúmulo de lixo e proliferação de insetos, construindo-se uma barraca - aikrepoti - que seria feita pelos alunos e professores sob a orientação de Jôkôrenhum (2), depois de ouvidos a comunidade e o líder tribal Krôhokrenhum.

Essa idéia vinha sendo amadurecida há quase um mês (abril).

Depois de uma grande reunião decidiu-se que a construção seria iniciada nos primeiros dias de maio sob a orientação de Jôkôrenhum, que orientaria a respeito das tarefas que caberiam aos rapazes e moças, dos materiais a serem utilizados na construção, dos dias e horários de trabalho.

Na primeira etapa de trabalho houve a divisão do pessoal em dois grupos: um se encarregou da limpeza do terreno e outro em companhia de Jôkôrenhum foi ao mato para procurar, selecionar e derrubar madeira que seria usada para os esteios e cumeeira.

Os dois grupos realizavam a tarefa concomitantemente: enquanto os mais novos e as moças cuidavam da limpeza do terreno, um grupo de rapazes mais velhos e mais fortes acompanhava o velho Jôkôrenhum, que orientava o grupo nas ações de busca no mato do material necessário para a construção.

A participação dos velhos num trabalho como esse é fundamental, uma vez que o "velho" em sociedades indígenas é

o conhecedor de vários assuntos, das histórias, dos cantos, dos conselhos... Enfim é a "biblioteca que fala" da vida da aldeia. Como no dizer dos jovens: "os velhos é que sabem".

A construção da aikrepoti começou com a escolha do comprimento da cumeeira, determinada pelo conhecimento tradicional das medidas (braçada - extensão dos braços abertos) do Jôkôrenhum. O tamanho da cumeeira serviu de base para as medidas laterais e das travessas. A altura foi tirada pelo tamanho do professor Moisés, o mais alto do grupo de trabalho.

Não é qualquer madeira que serve para a construção de uma aikrepoti. Deve-se considerar a resistência e durabilidade da madeira. olhando para as árvores Jôkôrenhum dizia: "não serve, pau mole, kâhâk" (ruim; que não presta) (3).

Descascada a madeira, a montagem da estrutura foi feita toda amarrada em cipó. Depois toda a rapaziada, foi ao mato buscar madeira para os caibros e cipó para a amarração.

Após essa etapa, foi-se novamente ao mato para retirar folhas para a cobertura, e embirra para amarrá-la ao caibro.

Para o acabamento da cobertura, Jôkôrenhum e alguns rapazes prepararam esteiras, feitas de "olho-de-palha" que serviram para tapar as frestas e para compor o beiral da frente e dos fundos.

Uma aikrepoti como as que os Parkatêjê usavam antigamente não possui cercado. Para evitar a entrada de animais, por

sugestão de Jôkôrenhum, resolveu-se levantar uma cerca de aproximadamente um metro de altura, com lascas de tronco de açaizeiro. Para fixar essas lascas, na posição vertical, utilizaram-se varas por dentro e por fora, além de cipós para amarras.

Nessa cerca foi colocado um portão frontal com mobilidade facilitada pelas amarrações com cipó.

Erguida a cerca, providenciou-se a feitura do piso com camadas de barro, compactadas por meio de um batedor de madeira.

Finalizando a construção, Jôkôrenhum convocou a mulherada da Escola para fazer a limpeza do local.

A seguir, o que se trabalhou transdisciplinarmente nas áreas de conhecimento (4), aproveitando a aikrepoti como centro de interesse.

O centro de interesse: A construção da aikrepoti

O tema gerador: Habitação - a partir de um texto produzido pelas professoras de História e Português que abordava aspectos relativos:

- à origem da palavra (Etimologia)
- ao sentido da habitação para o homem
- ao espaço geográfico - localização, clima...
- às diferentes formas de habitação, os povos que as usam
- à organização espacial da casa - planta baixa
- ao material natural - madeira, palha (classificação dos vegetais em parkatêjê e

português), croqui da aikrepoti

- ao ecossistema
- à casa como propriedade
- ao tempo e ao espaço na história das habitações: ontem, hoje, porquê?, como?
- à questão social de moradia
- à ocupação do espaço, verticalização/edifícios
- à solução para população de baixa renda
- unidade padrão de medida de comprimento, área e volume.

NOTA

Durante os meses de janeiro, fevereiro e março, a aikrepoti foi usada pelos professores kupe e parkatêjê como sala de aula. Ela fora criada para isso, mas também fundamentalmente como uma espécie de atelier onde se dessem as aulas de cultura material, como tecelagem e confecção de diferentes objetos tradicionais. Nesse sentido, havia sido pensada como um espaço onde os velhos pudessem entrar a qualquer hora e reunir os kráre (criançada), as mentia (mulherada), os menkwatuwa (rapaziada), para lhes ensinar práticas, contar histórias, dar conselhos. Como por exemplo, a reunião feita pela comunidade com a CVRD, para discutir problemas da comunidade em janeiro de 93. Tudo isso, porém, se perdeu junto com o velho Jôkôrenhum. A aikrepoti foi abandonada, não havendo a reposição de suas palhas nem a capinação necessária a sua volta.

Por diversas vezes, temos procurado incentivar e reunir os alunos para recupe-

rar a aikrepoti, tanto no espaço físico quanto na finalidade de sua construção. Não obtivemos, porém, resposta positiva nem justificativa para tal atitude, contrastante com sua afirmação de que a aikrepoti é herança de um velho sábio.

Para nós fica a interrogação: tendo sido Jôkôrenhum o incentivador e condutor do processo de construção, deve a aikrepoti "morrer" com ele? Pelo menos, dentre os procedimentos de luto está enterrar o morto com seus pertences e não capinar o campo, nem cortar os cabelos nem se pintar durante largo período.

Conscientes de que o conhecimento se constrói na vivência, vamos em frente...

Mais detalhes acerca do trabalho desenvolvido a partir da construção da aikrepoti encontram-se no artigo "A construção da Aikrepoti", março de 93. Os interessados podem consegui-lo com professores da Escola Indígena R.C. Parkatêjê. Caixa Postal nº 21. CEP: 68508-970, Nova Marabá, PA, ou com profª Leopoldina Araújo, Avenida governador José Malcher, 2020/1501. CEP: 66060-230, Belém, PA.

* Professores licenciados da Secretaria de Estado de Educação, a serviço na Escola R.C. Parkatêjê, na Reserva Indígena Mãe-Maria, Bom Jesus do Tocantins, PA. ** Conselheiro e Professor de Cultura Parkatêjê, "In Memoriam".

(1) Atualmente de 3º e 4º ciclos por entendermos ser mais compatível com o trabalho transdisciplinar e com a realidade da comunidade.

(2) Outro nome de Kapière Jôpaipaire

(3) C.f. p.7, croqui 1.

(4) Comunicação e Expressão (Língua Portuguesa, Língua e Cultura Parkatêjê e Matemática, Ciências Naturais e Sociais (Geografia, História e Ciências).

O Estado da Arte da Antropologia Médica no Brasil

Carlos Alberto Caroso*

O I Encontro Nacional de Antropologia Médica realizado em Salvador entre os dias 3 e 6 de novembro deste ano deu uma prova de maturidade e da interdisciplinaridade que prevalece neste campo de estudo. O Encontro foi promovido pelo Programa e Pós-Graduação em Saúde Coletiva e Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Departamentos de Medicina Preventiva, Sociologia e Antropologia da UFBA. O professor Thales de Azevedo, decano da Antropologia Brasileira e presidente de honra da ABA, que neste ano comemora o cinquentenário do lançamento de seu primeiro livro, foi homenageado na abertura do evento.

A programação foi aberta com palestra de Mabel Grinberg, da Universidade de Buenos Aires, sobre "Problemas Conceituais em Antropologia médica: Novos Paradigmas". Os grupos de trabalho e mesas redondas que sucederam, tiveram como temática "A Antropologia Médica e Metodologia", "Antropologia Médica e História", "Políticas e Sujeitos

Sociais", "A Construção Cultural da Doença", "Sistemas Médicos Profissionais", "Antropologia e Doenças Endêmicas", "Sistemas Religiosos e Tratamento", "Gênero e Saúde", "Sistemas Alternativos de Tratamento", "Representações Sexuais e Práticas Médicas", "Etnopsiquiatria e Etnopsicologia", "Questões Metodológicas na Pesquisa em Saúde", "Antropologia Médica e Saúde Urbana", "Antropologia e Epidemiologia", "Antropologia e AIDS", "Populações Indígenas e Sistemas Médicos", "Grupos Étnicos e Práticas Médicas", "Sistemas Médicos Comparados", e "Antropologia e Saúde Mental".

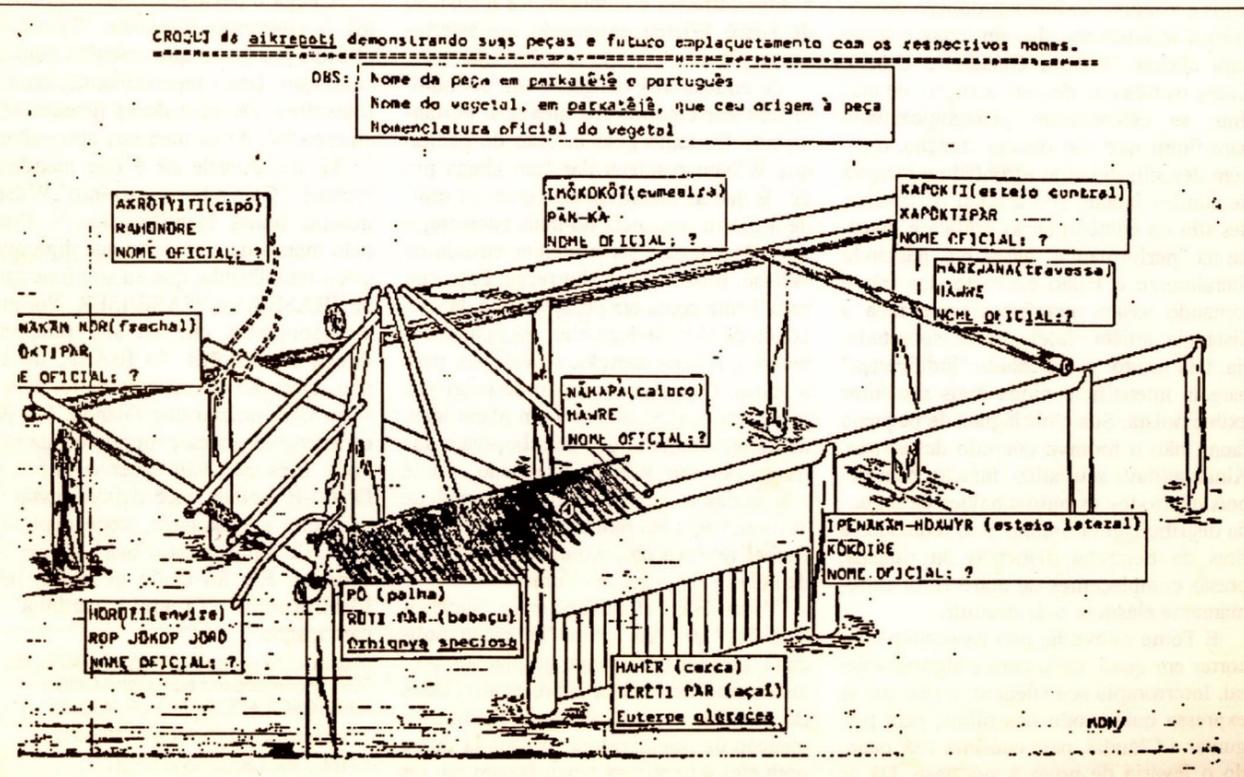
Foram ainda realizadas palestras de convidados estrangeiros por Mary Jo Good, da Universidade de Harvard, tendo como tema "Estudos Culturais em Medicina", com comentários de Duncan Pedersen, professor visitante da UFBA; Gilles Bibeau, da Universidade de Montreal, sobre "Novas Tendências na Interface entre Etnografia e Psiquiatria", com comentários de Byron Good, da Universidade de Harvard; e Carlos Malpica, da Universidade de Carabobo, na

Venezuela, que encerrou o Encontro falando sobre "Utopia e Medicina".

O evento contou com o apoio financeiro do CNPq, CAPES, CENEPI, Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, FIOCRUZ, UFBA e SINDIMED, tendo atraído a participação de pesquisadores de vários estados do Brasil, países da América Latina e América do Norte. As discussões das temáticas do Encontro foram motivadas graças à presença de centenas de pessoas. Um dos aspectos a ser destacado foi a diversidade de formação profissional dos participantes, grande parte oriundo das ciências médicas e das ciências sociais.

A Associação Brasileira de Antropologia - ABA foi oficialmente convidada e se fez presente na abertura do evento através do seu presidente, Professor Silvio Coelho dos Santos, que se pronunciou sobre a tradição da presença da Antropologia Médica nos encontros regulares da ABA, e mostrou a disposição da instituição em acolher os interessados na temática, junto a seus participantes e sócios.

* Antropólogo e professor da UFBA.



A "ineficácia" antropológica

Rita de Cássia Amaral e
Vagner Gonçalves da Silva*

A Folha de São Paulo publicou, há algum tempo, uma matéria de Fernando Rossetti a respeito da consulta feita pelos jornais aos antropólogos sobre o episódio "Paulinho Paiakan", concluindo o jornalista que a Antropologia era "ineficaz para avaliar o caso". Para ele, "a ciência tem no máximo um bom modelo de explicação para a realidade. Trabalha com categorias imateriais e ideais, em permanente alteração diante de novos dados".

O estupro de Letícia Ferreira, pelo qual se acusava então o índio caiapó Paiakan, e depois o sacrifício ritual do menino paranaense Leandro Caetano, atraíram a atenção de todo o Brasil e os antropólogos foram chamados a opinar sobre a imputabilidade do crime no primeiro caso e, no segundo, a dimensionar as implicações religiosas que envolveriam o crime. Mas, a Antropologia tem mesmo algo a dizer nestes casos?

Há muito tempo os antropólogos chamam a atenção para o fato de que os hábitos, crenças e costumes dos povos devem ser entendidos em seu contexto próprio, sem julgamentos morais, quase sempre etnocêntricos. Isto teve amplas consequências, inclusive a compreensão da relatividade da idéia de "crime", já que as noções de vida, propriedade, a própria sociedade, suas finalidades e modo de funcionamento, para alguns povos, baseiam-se em outra percepção do mundo, em outros significados. Ao mostrar as culturas "por dentro" a Antropologia possibilitou romper com vários preconceitos, por ter mostrado que o diferente não é mau, inferior, ou ilógico. É apenas diferente. O dilema da Antropologia surge quando não se trata de entender as atitudes e os valores de povos "isolados", mas o resultado do contato entre as culturas.

Hoje, no multiculturalismo das sociedades complexas, as diferenças se somam e novos problemas surgem. O caso da poligamia na França é exemplar. Permitida apenas a imigrantes vindos de países onde é instituída legal e culturalmente, a questão tem gerado polêmica. De um lado estão os defensores do "direito à diferença" e de outro os que pensam que a lei deve ser aplicada a todos, sem distinção. Como as leis de uma sociedade são baseadas nos valores e costumes de seu povo, não há dúvida de que o estupro de Letícia ou o assassinato de Leandro são crimes; mas crimes com implicações culturais amplas.

No primeiro caso porque o acusado é um índio, cuja imputabilidade do crime foi questionada em razão de sua identidade étnica. Avaliar seu grau de aculturação a partir de um ponto de vista antropológico (como desejavam os jornalistas) não ajudava a resolver a questão, que na essência é jurídica. Mas a própria imprensa sentia muita dificuldade em avaliar o comportamento de um cacique que aparece na tevê usando cocar de penas no "ritual das castanhas", que é considerado por seu grupo e pelos "de fora" um genuíno líder, representante da nação Caiapó e ao mesmo

"O dilema da antropologia surge quando se trata de entender o resultado do contato entre culturas"

tempo dirige automóvel, come em restaurantes e assina contratos internacionais de venda das castanhas de sua reserva. Ao mesmo tempo, fez-se uso da imagem do índio "selvagem" como foi estampado em letras grandes na capa da revista Veja, de distribuição nacional. O parecer dos antropólogos estaria sujeito a usos diversos por parte não apenas da imprensa (às vezes superdimensionando termos e afirmações), mas também de políticos e outros grupos, pró ou contra a demarcação de terras, a questão da cidadania indígena e outras. Como agir?

No caso do assassinato de Leandro, envolvendo um grupo de praticantes de uma "religião" (não se sabia qual), formada, ao que parece, por fragmentos de outras (como o candomblé e a umbanda), práticas místicas (satanismo, cabala, numerologia) e até mesmo filosofia nietzschiana ("Deus está morto"), surge a questão das implicações para religiões como o candomblé e a umbanda, da imagem negativa dos cultos sacrificiais, do direito à livre expressão religiosa e seus limites. Mal a notícia foi veiculada e, como sempre acontece em casos deste tipo, o telefone dos antropólogos tocou insistentemente. (Nota-se que existe, para o senso comum, uma certa idéia de que a Antropologia se relaciona com o exótico, estapa-fúrdio e que para ele tem sempre uma "curiosa explicação"). Repórteres que pareciam estar fazendo o primeiro contato

com a questão dos cultos afro-brasileiros, mal informados e apressados, nos solicitavam que os esclarecessemos sobre questões amplas por telefone ou em entrevistas não gravadas. Os antropólogos responderam pacientemente às indagações. A maioria foi extremamente cuidadosa, evitando opiniões fechadas, que julgassem o fato em bases maiores do que a do episódio em questão. Mesmo porque, depois da exploração sensacionalista do caso Paiakan na revista Veja e da constatação da falta de conhecimento que reina na imprensa sobre os cultos afro-brasileiros (até muito recentemente a Folha de São Paulo insistia em denominá-los de magia negra, pela simples associação à sua origem africana) os antropólogos não podiam expor-se aos interesses da mídia e, muito mais do que isto, expor os grupos envolvidos. E por isto a Antropologia foi chamada de "ineficaz".

É certo que a Antropologia tem muito a dizer sobre religiões e sacrifícios (inclusive humanos). Mas ela não faz isto sem remeter-se a contextos mais amplos, como as sociedades que os praticam e legitimam. Contudo, julgar práticas "não legítimas" na sociedade brasileira, como o estupro e o sacrifício humano, com base em conceitos antropológicos (respeito à diversidade e significado cultural, por exemplo) seria, no mínimo, uma atitude irresponsável de cientistas que não soubessem a extensão de seu papel social.

Num mundo cada vez mais complexo em termos de práticas e fusões culturais, o papel da Antropologia, pensamos, é procurar entendê-las e criar condições para que estes processos aconteçam de forma que os grupos envolvidos se compreendam mutuamente e ao papel que desempenham no diálogo entre os povos. A "eficácia antropológica" estaria, assim, muito mais em ser responsável pela tradução cultural destes encontros do que avaliar casos isolados para os quais já existe um consenso da sociedade. Uma responsabilidade que inclui a discussão aprofundada de questões como ética, poder, direitos, deveres e outras tanto no interior da disciplina, como fora dela, no mundo onde está inserida.

*Antropólogos, doutorandos do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo.

1953 - 1993

A história das reuniões da ABA

Foto: Arquivo/ABA

Mariza Corrêa*

A VI Reunião da ABA-Sul me fez lembrar que este ano comemoraremos quarenta anos de reuniões de antropologia.

Embora a Associação Brasileira de Antropologia só tenha sido fundada durante a segunda reunião, feita no Rio, em 1952. Essa reunião estava sendo planejada desde o início do ano de 1948, quando o ministro da Educação e Saúde designou, através de portaria datada de 20 de fevereiro daquele ano, uma comissão integrada por Álvaro Fróes da Fonseca, Edgard Roquette Pinto, Arthur Ramos e Heloísa Alberto Torres, para planejar o "Primeiro Congresso Brasileiro de Antropologia", que parece ter sido iniciativa de Dona Heloísa, então diretora do Museu Nacional. A reunião só se realizaria cinco anos depois - e nela se firmaria a idéia de uma Associação Nacional.

As primeiras reuniões da Associação foram bissextas e interrompidas pelo hiato que o golpe de 1964 produziu em todas as atividades associativas na sociedade brasileira.

Depois de oito anos sem eleições, as reuniões foram retomadas, em 1974, em Santa Catarina; isso explica porque, tendo sido pensada e fundada em anos ímpares, a ABA se reúne, desde então, em anos pares - o que torna difícil a comemoração de



aniversários.

Isso não tem muita importância: a ABA é hoje a Associação de Ciências Sociais mais antiga do país e podemos aproveitar a reunião de Niterói para comemorar isso. Tendo sido idealizada por uma antropóloga, é bom registrar que as antropólogas só chegaram à presidência na década de oitenta - ainda

que tivessem sido 13 representantes nas diretorias: duas presidentes, sete tesoureiras e quatro secretárias. O quadro abaixo mostra a origem institucional dos(as) presidentes: cinco do Rio de Janeiro, quatro de São Paulo, três do Distrito Federal (Brasília), dois do Nordeste (Bahia e Pernambuco) e dois da Região Sul (Paraná e Santa Catarina).

Nota para as gerações mais jovens

Os nomes completos e os endereços institucionais dos presidentes são os seguintes: Luis de Castro Faria - Museu Nacional
Loureiro Fernandes - Universidade Federal do Paraná
Darcy Ribeiro - então no Museu do Índio, Rio de Janeiro
Herbert Baldus - Museu Paulista
Eduardo Galvão - então na recém-fundada Universidade de Brasília
Manuel Diegues Jr. - Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais
Thales de Azevedo - Universidade Federal da Bahia
René Ribeiro - Universidade Federal de Pernambuco
Eunice Durham - Universidade de São Paulo
Gilberto Velho - Museu Nacional
Roberto Cardoso de Oliveira - então na Universidade de Brasília
Manuela Carneiro da Cunha - Universidade de São Paulo
Antônio Augusto Arantes - Universidade Estadual de Campinas
Roque Laraia - Universidade de Brasília
Sílvia Coelho dos Santos - Universidade Federal de Santa Catarina

* Antropóloga da UNICAMP

Reunião	UF/Ano	Diretoria (presidente/secretária/tesoureira)
I	RJ/1953	Presidida por Herbert Baldus
II	BA/1955	C. Faria/D. Ribeiro/R.C. de Oliveira
III	PE/1958	L. Fernandes/M. Diegues Jr./J.B. Rodrigues
IV	PR/1959	D. Ribeiro/M. Diegues Jr./Maria J. Pourchet
V	MG/1961	H. Baldus/Mattoso Câmara/Castro Faria
VI	SP/1963	E. Galvão/R.C. de Oliveira/Roque Laraia
VII	PA/1966	M. Diegues Jr./A. Rodrigues/R. Da Matta
VIII	SP/1971	sem eleições
IX	SC/1974	T. de Azevedo/Yonne Leite/W.N. da Rocha
X	BA/1976	R. Ribeiro/Y. Leite/W.N. da Rocha
XI	PE/1978	C. Faria/Y. Leite/Alba Zaluar
XII	RJ/1980	Eunice Durham/ A.A. Arantes/Peter Fry
XIII	SP/1982	G. Velho/R. Laraia/Rosilene B. Alvim
XIV	DF/1984	R.C. de Oliveira/P. Agostinho/Marisa Veloso
XV	SP/1986	Manuela C. da Cunha/Ruben Oliven/ Carmem C.Macedo
XVI	SP/1988	A.A. Arantes/Guita G. Debert/Márcia R. Costa
XVII	SC/1990	R. Laraia/Lia Machado/L.R.C. de Oliveira
XVIII	MG/1992	S.C. dos Santos/Cláudia Fonseca/Cecília Helm

XIX Reunião da ABA

NITERÓI - 27 a 30 de março de 1994

Formato da XIX Reunião da ABA
Niterói, de 27 a 30 de março de 1994
27 de março, domingo
18 horas: Abertura Solene Conferência

28 de março, segunda-feira
8 horas: Inscrições
9 horas - 12h30min: Mesas Redondas
14 horas - 18 horas: Grupos de Trabalho

18h30min: Assembléia Extraordinária
29 de março, terça-feira
9 horas - 12h30min: Mesas Redondas
14 horas - 18 horas: Grupos de Trabalho
18h30min: Assembléia Extraordinária
30 de março, quarta-feira
9 horas - 12h30min: Mesas Redondas
14 horas - 16 horas: Grupos de Trabalho
16 horas: Assembléia Geral
22 horas: Baile

Programa preliminar da XIX Reunião

O programa foi aprovado pelo Conselho Diretor, com participação da comissão Organizadora da UFF, de Niterói.

Propostas de Mesa Redonda

- 1 - Antropologia da Antropologia dos Trabalhadores
Coordenador: J. Sérgio Leite Lopes (MN-RJ)
- 2 - Antropologia e Política no Brasil
Coordenador: Moacyr Palmeira (MN)
- 3 - Política e Cultura
Coordenador: Renato Lessa (UFF-IUPERJ)
- 4 - Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento
Coordenador: Parry Scott (UFPE)
- 5 - Identidade Nacional, diferenças Regionais e Identidades Coletivas
Coordenadora: Livia Barbosa (UFF)
- 6 - Etnicidade e conflito: Terra de Preto e Terra de Índio
Coordenador: João Pacheco (MN)
- 7 - Estado e Indigenismo na América Latina
Coordenador: Cecilia Helm (UFSC-CNPq)
- 8 - Antropologia e Direito no Brasil: um diálogo possível
Coordenador: Dr. Roberto Kant (UFF)
- 9 - Antropologia e a Mídia
Coordenadora: Bela Feldman-Bianco (Unicamp)
- 10 - Antropologia e saúde: Corpo, pessoa e campo teórico
Coordenadora: Maria Helena Vilas Boas (PUC-SP)
- 11 - Estudos Comparados: África e Brasil
Coordenadora: Yvonne Maggie (IFCS-UFRJ)
- 12 - Organização do "campo antropológico" latino-americano
Coordenador: Roberto Cardoso de Oliveira (Unicamp)

- 13 - Infância, Casa e Rua
Coordenadora: Cláudia Fonseca (UFRGS)

Propostas de Grupo de Trabalho

- 1 - Antropologia e história no estudo da construção dos poderes públicos
Coordenador: Antônio Carlos de Souza Lima (MN)
- 2 - Antropologia e Imagem
Coordenadora: Carmen Sílvia Rial (UFSC)
- 3 - Antropologia, história e memória social
Coordenadora: Myriam Lins de Barros (UFRJ)
- 4 - Etno-história e produção da natureza
Coordenador: Rinaldo Arruda (PUC-SP)
- 5 - Cultura erudita, cultura popular de massa: articulações ou exclusões
Coordenadora: Sílvia Borelli (PUC-SP)
- 6 - Laudos periciais
Coordenadora: Dra. Eliane Cantarino (UFF)
- 7 - Pessoa, corpo e doença
Coordenadora: Ondina Fachel Leal (UFRGS)
- 8 - Populações humanas, educação e meio ambiente na Amazônia
Coordenadora: Maria Angélica Maues (UFPA)
- 9 - Ritos, festas e artes na sociedade contemporânea
Coordenador: Sérgio Ferreti (MA)
- 10 - Gênero em narrativas
Coordenadora: Suely Kofes (Unicamp)
- 11 - Pluralidade religiosa contemporânea: trânsitos, sincretismo
Coordenadora: Patrícia Birman (UERJ)
- 12 - Cruzando gênero e idade: notícias etnográficas da família
Coordenadora: Maria José Carneiro (UFF)
- 13 - Antropologia e estudos clássicos

- Coordenadora: Haiganuch Sarian (USP)
- 14 - Antropologia e as sociedades mediterrâneas: tradição ou tradições
Coordenadora: Laura Graziela (UFF)
 - 15 - Etnografia afro-brasileira
Coordenador: Roberto Motta (UFPE)
 - 16 - Organização social e cultura material rural
Coordenador: Kabengele Munanga (IFLCH/USP)
 - 17 - O Tema Imaginário
Coordenadora: Liana Sálvia Trindade (USP)
 - 18 - A construção social da diferença
Coordenadora: Maria Cecília S. Costa (UFPR)
 - 19 - Antropologia das representações sensíveis
Coordenadora: Dorothéa V. Paseti (PUC-SP)
 - 20 - Antropologia e Envelhecimento
Coordenadora: Cornélia Eckert (UFRGS)
 - 21 - Práticas, representações e linguagens: Identidade transnacional e culturas administrativas
Coordenador: Dr. Guillermo Raul Ruben (Unicamp)
 - 22 - Violência no Brasil
Coordenadora: Miriam P. Grossi (UFSC)
 - 23 - Antropologia da estética
Coordenadora: Lúcia H. Velthem (Museu Goeldi)
 - 24 - Cultura das classes populares
Coordenador: J. Ricardo Ramalho (IFCS-UFRJ)
 - 25 - Antropologia política dos povos indígenas
Coordenador: Edwin Reesnik (UFBA)
 - 26 - O estudo interdisciplinar dos Jê do Sul
Coordenadora: Kymie Tommasino (UEL-PR)
 - 27 - Religiões indígenas e cristianismo no Brasil
Coordenador: Robin Wright (Unicamp)
 - 28 - A construção social de gênero nas sociedades indígenas
Coordenadora: Vanessa Lea (Unicamp)
 - 29 - Florestas e Povos Amazônicos: desafios e transformações
Coordenadora: Lux Vidal (USP)
 - 30 - Cultura e cidadania
Coordenadora: Ruth Cardoso (USP-Cebrap)
 - 31 - Relações raciais no Brasil e o desenvolvimento da identidade étnica entre negros, índios e descendentes de imigrantes
Coordenador: Jocélio Telles Santos (UFBA)
- OFICINA sobre iniciação científica e outras experiências didáticas em antropologia
Coordenadora: M. Noemi C. Brito (UFRGS)
- Destacamos que os associados interessados em participar dos GT's devem se articular com os respectivos coordenadores, a curto prazo. A programação definitiva será divulgada posteriormente junto com listagem dos demais eventos (vídeos, filmes, exposições, painéis, etc.). Para informações complementares, contato com a Comissão Organizadora local (Professor Arno Vogel, Depto. de Antropologia, sala 301, Bloco O, ICHF, Campus Gracoatá, UFF, CEP: 24210-350, Niterói, RJ) ou com a Secretaria da ABA (Depto. de Ciências Sociais, Caixa Postal 476, UFSC, CEP: 88049-900, Florianópolis, SC).*

O Estatuto da ABA

D

Depois de diversos meses de debate, o Comitê de Revisão dos Estatutos da ABA reuniu-se em São Paulo, no dia 12 de dezembro, para organizar uma proposta de Novo Estatuto. Apresentada na reunião do Conselho Diretor, no dia 13 de dezembro, na mesma cidade, a proposta foi longamente discutida, sendo aprovada a versão abaixo. Optamos pela publicação do Estatuto em vigor e a nova proposta para facilitar a avaliação pelos sócios. Durante a XIX Reunião teremos duas Assembléias Extraordinárias para discussão e aprovação final do Estatuto. Os pedidos de destaques devem ser encaminhados para a Secretaria da ABA até o início da Primeira Assembléia, no dia 28 de março, às 18 horas.

Nota: As partes modificadas aparecem, na proposta, em negrito, quando não houve modificação de número, publicamos aqui só o novo número e as primeiras palavras do artigo.

Como está

TÍTULO I

Dos Objetivos

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA), sociedade de âmbito nacional, fundada pela 2ª Reunião Brasileira de Antropologia, na cidade de Salvador, Bahia, em julho de 1955, tem por objetivo congrega os especialistas nos setores profissionais do ensino e da pesquisa, promover o desenvolvimento da Antropologia, o intercâmbio de idéias, o debate de problemas e a defesa dos interesses comuns.

Art. 2º - Para atingir seus objetivos a ABA promoverá reuniões periódicas dos seus associados; divulgará regularmente matéria de interesse profissional; proporá medidas relativas ao aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa, e a melhoria das condições de trabalho dos profissionais que exercem as suas atividades em qualquer desses setores; providenciará a difusão da sua influência por todo o País mediante a criação de Seções Regionais, ou por meio de convênio com organizações similares.

Art. 3º - A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA não

poderá tomar parte em manifestações de caráter político-partidário ou religioso, nem pronunciar-se sobre assuntos estranhos aos seus objetivos.

Art. 4º - A ABA tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro.

TÍTULO II

Dos Associados

Art. 5º - A ABA terá associados de três categorias: a) membros efetivos; b) colaboradores; c) sócios correspondentes.

Art. 6º - A categoria de membro efetivo é reservada aos Professores de Antropologia e Ciências afins dos estabelecimentos de ensino superior; especialistas qualificados de institutos de pesquisa; autores de obras antropológicas; alunos de pós-graduação em Antropologia e graduados em Ciências sociais e cursos afins, com produção científica na área.

§ 1º - A proposta para membro efetivo deverá ser feita por três membros efetivos e enviada à Secretaria Geral, juntamente com o *curriculum-vitae* do candidato.

§ 2º - A proposta será estudada pelo Conselho Diretor que a submeterá, com seu parecer positivo ou negativo,

à consideração da Assembléia dos membros efetivos; será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos.

§ 3º - Só poderão ser apreciadas pela Assembléia Geral as propostas entregues à Secretaria Geral no prazo máximo de 48 horas antes da realização da assembléia.

§ 4º - As votações para a aceitação das propostas poderão ser feitas por correspondência em ocasiões determinadas pelo Conselho Diretor, nos intervalos das Assembléias Gerais, sendo considerado eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos recebidos pelo Conselho Diretor.

§ 5º - A admissão dos novos sócios será feita no início das Assembléias Gerais e os membros efetivos admitidos terão imediatamente direito a voto.

Art. 7º A Categoria de colaborador é destinada às pessoas que, não satisfazendo às exigências do art. 6º, manifestem interesse particular pelos estudos de Antropologia.

Parágrafo único - Será sócio colaborador todo aquele que, proposto por um membro efetivo, tiver sua indicação aprovada pela maioria dos sócios

presentes à reunião da Secção Regional a que for submetida ou diretamente pelo Conselho Diretor.

exigências do Art. 6º, manifestem interesse particular pelos estudos de Antropologia.

Parágrafo Único - Será sócio colaborador todo aquele que, proposto por um membro efetivo, tiver sua indicação aprovada pela maioria dos sócios presentes à Reunião da Secção Regional a que for submetida ou diretamente pelo Conselho Diretor.

Art. 8º - Os membros efetivos pagarão à Tesouraria Geral da ABA a anuidade estabelecida pelo Conselho Diretor; quando associados de uma Secção Regional farão o pagamento à Secção Regional a que pertencem.

Art. 9º - Os sócios colaboradores pagarão metade da anuidade estabelecida para sócios efetivos, respeitando o disposto no Art. 8º.

Parágrafo Único - Para seu uso, as Secções Regionais reservarão das anuidades recebidas, percentual fixado pela Assembléia Geral da Associação Brasileira de Antropologia por proposta encaminhada pelo conselho Diretor.

Art. 10º - A falta de quitação importará na suspensão de todos os direitos da ABA.

Art. 11º - Será sócio correspondente o profissional estrangeiro ligado ao Brasil, pelas suas atividades de pesquisa ou de ensino no campo da Antropologia e das ciências afins.

Parágrafo Único - Só será admitido como sócio correspondente profissional do exterior indicado por três membros efetivos, pelo menos, e aceito pela maioria dos associados.

Art. 12º - Os associados não respondem nem solidária, nem subsidiariamente pelos compromissos assumidos pela Diretoria.

TÍTULO III

Da Administração

Art. 13º - A ABA será administrada por um CONSELHO DIRETOR, composto da diretoria, do Conselho Científico e do último presidente da Associação.

Parágrafo Único - Só poderão ser eleitos para a Diretoria e para o Conselho Diretor membros efetivos da

Associação.

Art. 14º - Compete ao Conselho Diretor: a) traçar os princípios normativos que servirão de roteiro para as atividades técnico-científicas da ABA; b) pronunciar-se a respeito das propostas para membros efetivos; c) deliberar, quando necessário, sobre propostas para membro colaborador; d) tomar as medidas necessárias para a realização das Reuniões Brasileiras de Antropologia; e) preencher, em caráter interino, as vagas verificadas em qualquer em qualquer dos órgãos de direção, fora da época normal de eleição; f) autorizar a instalação de Secções Regionais *ad-referendum* da Assembléia Geral; g) constituir comissões especiais ou grupos de trabalho para assessoramento, estudos ou atividades especiais; h) deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto *ad-referendum* da Assembléia Geral.

§ 1º - As deliberações do Conselho Diretor serão tomadas em, reuniões ou por meio de correspondência, promovidas pelo presidente da Associação.

§ 2º - O Conselho Diretor delibera por maioria absoluta.

Art. 15º - A Diretoria será composta do presidente da Associação, do Secretário Geral, do Tesoureiro Geral e de quatro Diretores.

Parágrafo Único - O presidente da ABA não poderá ser eleito consecutivamente mais de uma vez.

Art. 16º - Ao presidente compete: a) tratar dos interesses gerais da Associação, representando-a em juízo ou fora dele; b) presidir as reuniões da Assembléia Geral; c) elaborar, juntamente com o Conselho Diretor, o programa anual de atividades científicas da Associação, dentro do prazo de um mês após a sua eleição; d) apresentar, no término de seu mandato, um relatório das atividades da Associação.

Art. 17º - Ao Secretário Geral compete: despachar o expediente e, de acordo com o presidente, administrar a Associação, substituindo-o nas faltas e impedimentos.

Art. 18º - Ao Tesoureiro Geral compete: gerir os bens e interesses financeiros da Associação de acordo com o presidente.

Parágrafo Único - Aos diretores compete: executar as tarefas que lhe forem atribuídas pela Diretoria.

Art. 19º - O CONSELHO CIENTÍFICO será composto por dez membros eleitos, renovados em metade de dois em dois anos.

Art. 20º - Ao Conselho Científico compete: a) compor o conselho Diretor; b) opinar sobre todas as questões de caráter técnico-científico.

Art. 21º - A Diretoria e a parte renovável do Conselho Científico serão eleitas pelos sócios efetivos em Assembléia Geral e empossados imediatamente sem outra qualquer formalidade.

§ 1º - A eleição será feita por escrutínio secreto.

§ 2º - O membro efetivo que não puder comparecer à Assembléia Geral, poderá enviar à Secretaria Geral o seu voto em sobrecarta fechada e sem qualquer sinal que a identifique, fazendo-a acompanhar de uma comunicação com a sua assinatura. Serão apurados os votos enviados até a data da eleição.

§ 3º - Na impossibilidade da realização da Reunião de Assembléia Geral, a eleição poderá ser excepcionalmente realizada, por consulta dos sócios pelo Conselho Diretor, por correspondência.

TÍTULO IV

Das Assembléias e Reuniões

Art. 22º - A ABA realizará Assembléias Gerais ordinárias e extraordinárias, constituídas dos sócios efetivos.

Parágrafo Único - As Assembléias Gerais Ordinárias serão realizadas durante as Reuniões Científicas da ABA.

Art. 23º - As reuniões científicas da ABA terão a denominação de Reunião Brasileira de Antropologia, precedida do número de ordem.

Parágrafo Único - A comunicação da data e local fixados e os programas da reunião serão enviados aos membros efetivos e às Diretorias das Secções Regionais com 60 dias de antecedência, no mínimo.

Art. 24º - As Reuniões Extraordinárias da Assembléia Geral serão realizadas por convocação do Presidente em exercício, somente quando requerida por 2/3 do Conselho Diretor e/ou 1/3 dos membros efetivos, e para tratar de assuntos constantes do requerimento.

Parágrafo Único - A Secretaria Geral expedirá as comunicações necessárias, com trinta dias, no mínimo, de antecedência.

Art. 25º - Todos os associados poderão comparecer às Assembléias Gerais Ordinárias e tomar parte nos debates, mas somente os membros efetivos terão direito de voto.

Art. 26º - A Diretoria poderá convidar pessoas estranhas ao quadro da Associação para participar das Reuniões Científicas.

TÍTULO V

Do Patrimônio

Art. 27º - O patrimônio da ABA será constituído pela renda líquida das contribuições dos membros efetivos e pelas subvenções que lhe forem feitas.

Art. 28º - Em caso de dissolução da ABA, seu patrimônio será entregue a uma sociedade congênere, ou à instituição de ensino e de pesquisa que lhe for indicada pelo voto da maioria dos membros efetivos em pleno gozo dos seus direitos.

Art. 29º - O patrimônio da ABA será distinto das Secções Regionais.

TÍTULO VI

Das Secções Regionais

Art. 30º - Serão criadas Secções Re-

gionais da ABA a requerimento de dez membros efetivos residentes no local mediante autorização do Conselho Diretor *ad-referendum* da Assembléia Geral.

Parágrafo Único - O requerimento deverá ser acompanhado de um projeto de regulamento e de um relatório sobre as possibilidades de trabalho da Secção Regional proposta.

Art. 31º - As Secções Regionais terão existência autônoma em tudo o que disser respeito aos seus interesses próprios e naquilo que não colidir na forma ou no espírito com os presentes Estatutos.

Parágrafo Único - A Secção Regional poderá abranger mais de uma unidade da Federação.

Art. 32º - O diretor da Secção Regional deve ser um membro efetivo da ABA.

§ 1º - A diretoria da Secção Regional deve participar a sua eleição ao Presidente da ABA, para efeitos do seu reconhecimento legal.

§ 2º - A diretoria da Secção Regional deverá apresentar um relatório ao Conselho Diretor da ABA.

Art. 33º - Os membros efetivos da ABA poderão filiar-se à Regional mediante simples requerimento, independente da apreciação da Secção Regional.

TÍTULO VII

Das Publicações

Art. 34º - A ABA promoverá a divulgação das suas atividades em revistas especializadas a critério do Conselho Diretor.

Art. 35º - A ABA poderá editar outras publicações especiais a critério do Conselho Diretor.

TÍTULO VIII

Disposições Gerais

Art. 36º - Os presentes estatutos poderão ser reformados em todo ou em parte pelos votos da maioria absoluta dos membros efetivos da Associação, reunidos em Assembléia Geral.

Parágrafo Único - Qualquer iniciativa de reforma dos Estatutos deverá ser comunicada por escrito, com trinta dias de antecedência, a todos os membros efetivos.

Art. 37º - A ABA só poderá ser dissolvida pelo voto de 3/4 dos membros efetivos.

Art. 38º - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral, ou pelo Conselho Diretor, *ad-referendum* da mesma Assembléia.

Como fica

aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa e a melhoria das condições de trabalho dos profissionais que exercem as suas atividades em qualquer desses setores e providenciará a difusão da sua influência por todo o País **inclusive** por meio de convênio com organizações similares.

Art. 3º - A ABA não poderá ... (vide Artigo 3º - Estatuto em vigor)

Art. 4º - A ABA **tem foro** na cidade do Rio de Janeiro.

TÍTULO II

Dos Associados

Art. 5º - A ABA terá **quatro** categorias de associados: a) sócio efetivo; b) **sócio estudante**; c) sócio correspondente e d) **sócio honorário**.

Art. 6º - A categoria de sócio efetivo

é reservada aos portadores de um título de pós-graduação **strictu-senso** em Antropologia ou aos professores e pesquisadores em Ciências Antropológicas com produção significativa na área.

§ 1º - A proposta para sócio efetivo ... (vide Art. 6, § 1 do Estatuto em vigor)

§ 2º - A proposta será **apreciada nas reuniões do Conselho Diretor, sendo aprovada por maioria simples** dos votos.

§ 3º - O sócio efetivo pagará à Tesouraria Geral da ABA a anuidade estabelecida pelo conselho diretor.

Art. 7º - A categoria de sócio estudante é destinada **aos alunos de pós-graduação** em Antropologia ou Ciências Sociais com área de concentração em Antropologia.

§ 1º - O sócio estudante poderá permanecer nesta categoria por **um período máximo de cinco anos.**

§ 2º - A candidatura de sócio estudante deverá ser referendada por um sócio efetivo da Associação e aprovada pelo Conselho Diretor sendo aprovada por maioria simples dos votos.

§ 3º - O sócio estudante pagará metade da anuidade estabelecida para sócios efetivos.

Art. 8º - A categoria de sócio correspondente e reservada ao profissional do exterior indicado por três sócios efetivos sendo aprovado por maioria simples dos votos.

Parágrafo Único: O Conselho Diretor estabelecerá o valor da anuidade a ser paga pelo sócio correspondente.

Art. 9º - **Para gozar dos direitos da Associação, o sócio deve estar quite com a Tesouraria.**

Parágrafo Único: **A inadimplência por três anos consecutivos constituirá motivo para a perda da condição de associado.**

Art. 10 - A categoria de sócio honorário é reservada aos sócios efetivos que, na avaliação do Conselho diretor, tenham feito contribuições significativas para a consolidação da ABA.
Parágrafo Único - O sócio honorário fica isento do pagamento de anuidades.

Art. 11 - Os associados não respondem ... (vide Art. 12 do Estatuto em vigor)

TÍTULO III

Da administração

Art. 12º - A ABA será administrada por um Conselho Diretor, composto da Diretoria, do Conselho Científico e do último presidente da Associação.

Parágrafo Único - Só poderão votar e ser eleitos para a diretoria e para o Conselho Diretor sócios efetivos.

Art. 13º - Compete ao Conselho Diretor: a) traçar os princípios normativos que servirão de roteiro para as atividades técnico-científicas da ABA; b) **deliberar sobre propostas para sócio efetivo, sócio estudante, sócio correspondente e sócio honorário;** c) tomar as medidas necessárias para a realização das Reuniões Brasileiras de Antropologia; d) preencher, em caráter interino, as vagas verificadas em qualquer dos órgãos de direção, fora da época normal de eleição; e) constituir comissões especiais ou grupos de

trabalho para assessoramento, estudos ou atividades especiais; f) deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto *ad-referendum* da Assembléia Geral.

§ 1º - As deliberações do Conselho Diretor ... (vide Art. 14, § 1º, Estatuto em vigor)

§ 2º - O Conselho diretor delibera **por maioria simples.**

Art. 14º - A diretoria será composta de Presidente, **Vice-presidente**, Secretário Geral, Tesoureiro Geral e quatro Diretores, **eleitos com mandato de dois anos.**

Parágrafo Único: O presidente da ABA não poderá ... (vide Art. 15, Parágrafo Único, Estatuto em vigor)

Art. 15º - Ao presidente compete: ... (vide Art. 16, Estatuto em vigor)

Art. 16º - **Ao Vice-presidente compete substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos.**

Art. 17º - Ao Secretário Geral compete: ... (vide Art. 17, Estatuto em vigor)

Art. 18º - Ao Tesoureiro Geral compete: ... (vide Art. 18, Estatuto em vigor)

Parágrafo Único - Aos diretores compete: ... (vide Art. 18, Estatuto em vigor)

Art. 19º - O Conselho Científico será composto por ... (vide Art. 19, Estatuto em vigor)

Art. 20º - Ao Conselho Científico compete ... (vide Art. 20, Estatuto em vigor)

Art. 21º - **O Conselho Fiscal será composto por três membros eleitos com mandato de dois anos.**

Parágrafo Único - Ao Conselho Fiscal compete examinar e aprovar as prestações de contas da Diretoria.

Art. 22º - A Diretoria, o **Conselho Fiscal** e a parte renovável do Conselho Científico serão eleitos pelos sócios efetivos em Assembléia Geral e empossados imediatamente sem outra qualquer formalidade.

§ 1º - A eleição será feita ... (vide Art. 21º, § 1º, Estatuto em vigor)

§ 2º - O sócio efetivo ... (vide Art. 21, § 2º, Estatuto em vigor)

§ 3º - Na impossibilidade ... (vide Art. 21º, § 3º, Estatuto em vigor)

Art. 23 - O Conselho Diretor gestinará para dotar a ABA com a infra-estrutura material e funcional necessária ao alcance dos objetivos e programações da Associação.

TÍTULO IV

Das Assembléias e Reuniões

Art. 24º - A ABA realizará ... (vide Art. 22º, Estatuto em vigor).

Parágrafo Único: ... (Vide art. 22, Estatuto em vigor).

Art. 25º - As reuniões científicas da ABA ... (vide Art. 23, Estatuto em vigor)

Parágrafo Único: ... (vide Art. 23, Estatuto em vigor)

Art. 26º - **Com a finalidade de ampliação e diversificação do debate antropológico, poderão ser promovidas, com ou sem periodicidade, reuniões de caráter regional, ficando sob a responsabilidade de um Comitê Organizador que atuará em sintonia com o Conselho Diretor.**

Art. 27º - As Reuniões Extraordinárias ... (vide Art. 24, Estatuto em vigor)

Parágrafo Único: ... (vide Art. 24, estatuto em vigor)

Art. 28º - Todos os associados ... (vide Art. 25, Estatuto em vigor)

Art. 29º - A diretoria poderá ... (vide Art. 26º, estatuto em vigor)

TÍTULO V

Do patrimônio

Art. 30º - O patrimônio da ABA ... (vide Art. 27 do estatuto anterior)

Art. 31º - Em caso de dissolução... (vide Art. 28º do estatuto anterior)

TÍTULO VI

Das Publicações

Art. 32º - A Associação promoverá a divulgação das suas atividades através **do Boletim da ABA ou em outras publicações** a critério do Conselho Diretor.

Art. 33º - A ABA poderá editar ... (vide Art. 35º, Estatuto em vigor)

TÍTULO VII

Das Disposições Gerais

Art. 34º - Os presentes Estatutos poderão ser reformados no todo ou em parte **por maioria de dois terços** dos sócios efetivos presentes na Assembléia.

Parágrafo Único: Qualquer iniciativa... (ver Parágrafo Único do Art. 36 do estatuto em vigor).

Art. 35º - A ABA só poderá ser dissolvida ... (vide Art. 37º, Estatuto em vigor)

Art. 36º - Os casos omissos ... (vide Art. 38º, Estatuto em vigor).

Antropológicas

■ Entre 3 e 5 de novembro o presidente da ABA, Profº Sílvio Coelho dos Santos, esteve em Salvador, Bahia, participando do I Encontro de Antropologia Médica. O evento foi coordenado pelo profº Paulo César Alves, da UFBA, e contou com a participação de 80 profissionais da área da saúde e antropólogos, que durante os três dias discutiram temas de interesse para a interface saúde/doença e Antropologia. Sílvio Coelho dos Santos participou do primeiro dia de trabalho e, na oportunidade, exortou os presentes a acentuarem esquemas de colaboração interdisciplinar. Na abertura do evento, o Profº Thales de Azevedo, presidente de honra da ABA, foi homenageado pela Mesa Diretora dos Trabalhos.

■ Plano Decenal de Educação é tema de reunião - O Ministério da Educação e Desporto, através de sua Secretaria de Educação Fundamental, promoveu nos dias 4 e 5 de novembro, na Sala de Atos do MEC, em Brasília, uma reunião de Análise Técnica e Política, intitulada de "*O Plano Decenal de Educação para todos e as Entidades Não-Governamentais.*" A ABA esteve representada pela Profª Cecília Helm.

■ A Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Quito, Equador) está abrindo vaga para professores/doutores nas áreas de antropologia cultural e simbólica; antropologia ecológica e antropologia do desenvolvimento; e teorias e métodos antropológicos. A preferência é dada aos candidatos com experiência em ensino e pesquisa nos países andinos e/ou amazônicos. A vaga é de dois anos e renovável. Requisitos: 1) Carta de intenção, 2) Súmula da tese de doutorado,

3) Curriculum Vitae, 4) Quatro cópias de artigos publicados, 5) materiais metodológicos, 6) Três cartas de recomendação, que devem ser enviadas ao Diretor (Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, P.O. Box 17 - 11 - 06362, Telefone: 528-200, Quito, Equador).

■ Jornadas Antropológicas - Com o suporte financeiro da Fundação Ford, a ABA iniciou um programa de divulgação da Antropologia nos estados do Sul. Os PPGAS da Região se encarregaram de contactar com diferentes IES para definir uma programação mínima. Em Santa Catarina, as jornadas começaram na Universidade do Oeste (Unoesc), com palestras dos professores Sílvio Coelho dos Santos e Aneliese Nacke, nos dias 18 e 19 de novembro, tendo como temas "Direito dos Povos Indígenas" e "A Construção de Hidrelétricas e os Índios", respectivamente.

■ ABA no Museu Arqueológico de Joinville - Atendendo convite da fundação Cultural de Joinville (SC) e da Direção do Museu Arqueológico de Sambaqui, o professor Sílvio Coelho dos Santos fez uma visita ao Museu, no dia 26 de novembro último. Um debate foi realizado com os técnicos da instituição objetivando o encontro de alternativas para a ampliação das suas atividades de pesquisa. À noite, o Presidente da ABA proferiu uma palestra sobre o tema "Povos Indígenas e a Revisão Constitucional".

■ Já se encontram abertas as inscrições (período de 01/12/93 a 28/01/94) para o Mestrado em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Pará. O Programa oferece 10 (dez) vagas e deverá ter início a par-

tir de março de 1994. A relação dos candidatos está prevista para o período de 21/12 a 04/03/94, devendo constar de prova escrita com base em bibliografia previamente indicada (eliminatória), entrevista (eliminatória) e prova de proficiência em inglês (leitura e interpretação de texto). A coordenação do Curso está a cargo do Dr. Raymundo Heraldo Maués e os interessados deverão dirigir-se ao Departamento de Antropologia, Centro de Fisiologia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém do Pará, Caixa Postal 531, Fone 249-2088, ramal 406, fax (091) 249-0776.

■ Foi lançado no último dia 10 de dezembro a *Bibliografia de Thales*, organizada por Maria Brandão com o apoio da ABA. O evento aconteceu no Museu de Arte da Bahia, no âmbito da exposição "Namoro à Antiga", montada a partir do livro de Thales de Azevedo, com o mesmo título.

■ No dia 11 de novembro realizou-se a primeira Reunião do Conselho Superior da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, entidade criada pelo governo daquele estado para apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico da Capital do País. O antropólogo Roque de Barros Laraia foi indicado pelo Conselho e nomeado para a Diretoria Técnico-científica da nova Fundação.

Errata:

O artigo de Marco Paulo F. Schettino, publicado na edição 19 do Boletim da ABA teve seu título alterado. O correto é "Massacres contemporâneos brasileiros: a explicitação do óbvio" e não "(...) a explicação do óbvio", como foi publicado.

A Demarcação Ticuna

João Pacheco de Oliveira*

Foi iniciado em agosto/93 a demarcação de seis áreas Ticuna (vide quadro anexo) na região do Alto Solimões. Tais áreas totalizam 966.150 ha, abrindo mais de 50 aldeias e uma população estimada em 21 mil índios. Recuperar um pouco da memória sobre o processo histórico que conduziu a esta demarcação é a finalidade deste texto, permitindo avaliar a profunda significação que tal fato tem para a vida e o destino do povo Ticuna.

Contam os mitos que os primeiros homens foram pescados por determinação do herói cultural Yoi das águas do Evare, um afluente do Igarapé São Jerônimo. Eram peixes, alimentados com as cinzas de outro herói cultural (Ipi, irmão gêmeo de Yoi), que ao bater na terra, se transformaram em homens. Eles foram chamados de "Magüta" (literalmente, povo pescado com vara), não conhecendo as doenças e o sofrimento e sendo imortais, habitando na região encantada dos altos rios, designada genericamente como Evare.

Os registros documentais sobre o rio Amazonas falam desde o século XVII da existência dos Ticuna, apontando como principal ponto de sua concentração a região entre a fronteira e a atual

cidade de São Paulo de Olivença. No final do século XIX comerciantes e aventureiros mobilizados pela busca dos lucros fáceis do extrativismo da borracha, penetraram no território habitado pelos Ticuna, destruíram as suas malocas e os forçaram a trabalhar na formação de seringais e na coleta regular do látex. Foi o chamado "tempo dos patrões", do qual os índios mais velhos ainda contam muitas histórias assustadoras sobre humilhações; perseguições, castigos corporais e mortes brutais.

A atuação indigenista foi iniciada em 1942, com a criação de um posto indígena em Tabatinga, mais tarde (1946) transferido para a área contígua, onde se localiza o Igarapé Umariçu. Durante três décadas a assistência aos Ticuna restringiu-se aos limites da reserva, onde vivia aproximadamente 1/10 daquela população.

Em 1974 e 1975 uma equipe de pesquisa FUNAI/Universidade de Brasília, com a orientação de Roberto Cardoso de Oliveira e a coordenação de campo de João Pacheco de Oliveira, realizou um levantamento censitário em todo o Alto Solimões, percorrendo 58 localidades, traçando o perfil sócio-econômico de uma população de 9 mil índios (vide Oliveira, 1977). Tal material resultou na elaboração de um programa de ação

indigenista intitulado Projeto Ticuna (Oliveira, 1975), cujo planejamento foi parcialmente e por força da inércia, colocado em execução mesmo após o afastamento do Coordenador e a dissolução da equipe. Apesar das diretivas da administração tutelar serem muito diferentes dos objetivos postulados pelo Projeto Ticuna, a implementação de uma infra-estrutura básica acompanhou o planejamento anterior, com a criação dos postos indígenas Vendaval (vide Oliveira, 1979), Feijoal, Campo Alegre, Vui-Uata-In (Nova Itália), Betânia e Belém do Solimões, estendendo a região do Alto Solimões como um todo a perspectiva de uma intervenção assistencial do Estado no que resguarda a população indígena.

A extrema decadência da economia da borracha, progressivamente reduzida a comercialização dos "excedentes" (farinha, pescado, frutas) da produção indígena, acentuou-se na década de 70. Sem a possibilidade de continuar a impor aos índios o monopólio comercial que era característico do regime do baracão, os antigos patrões seringalistas começaram a abandonar as áreas que mantinham sobre seu controle, deslocando-se para as cidades e para outras atividades.

Em 1980 na localidade de Vendaval, Pedro Inácio Pinheiro viajou pelas aldeias Ticuna dos municípios de Tabatinga e São Paulo de Olivença, convocando para uma grande reunião a ocorrer em novembro de 1981, na localidade de Campo Alegre. Apesar das hostilidades da FUNAI local, o encontro de lideranças foi realizado, nele tomando forma final o mapa elaborado durante a viagem de Pedro Inácio. Uma comissão de líderes foi enviada a Brasília para solicitar ao Presidente da FUNAI a demarcação daquela área indígena, que mais tarde viria a ser intitulada Evare.

O processo administrativo de reconhecimento das áreas Ticuna foi muito lento e dificultoso, marcado por paralisias e retrocessos. Sob a pressão dos índios e em épocas diversas foram constituídos três grupos de trabalho para iden-

tificação das áreas Ticuna (em 1982; um reestudo no início de 1984; e outro no final de 1984). Quando em 1985 as propostas de delimitação foram afinal aprovadas no âmbito da FUNAI e no Grupo de Trabalho Interministerial (FUNAI, Minter e Mirad), a implantação da nova política governamental relativa à demarcação de terras indígenas na faixa de fronteira impediu a assinatura dos decretos. Em abril/85 apenas quatro das 10 áreas Ticuna encaminhadas pela FUNAI e aprovadas pelo GTI tiveram seus decretos publicados no Diário Oficial, correspondendo exatamente as áreas de menor extensão.

Durante todo esse tempo (e mais especialmente na vigência do Projeto Callha Norte) os Ticuna sofreram com invasões e destruição de lages, com retirada criminosa de madeira, estando seus principais líderes ameaçados de morte pelos patrões locais. Nas cidades inúmeras arbitrariedades eram praticadas contra os índios, com prisões, espancamentos e apreensão de mercadorias. No Carnaval de 1985, oito índios foram baleados pela Polícia Militar do Amazonas na cidade de Benjamin Constant. Em 28 de março de 1988 foram mortos no local chamado Capacete, na margem esquerda do Rio Solimões, a menos de meia hora de lancha de Benjamin Constant, 14 índios e mais 22 ficaram feridos em decorrência da ação de um madeireiro, Oscar Castelo Branco, de antiga família de poderosos seringalistas da região, que ameaçado economicamente com o reconhecimento da Área Indígena São Leopoldo, resolveu promover uma "vingança de sangue" contra os índios. Dos mortos, 10 corpos foram atirados às águas e desapareceram no Rio Solimões, havendo quatro crianças en-

tre estes. Até hoje os executores do massacre, apesar de indiciados, não foram a julgamento, que por razões óbvias não apresentará qualquer resultado efetivo se for conduzido na Comarca de Benjamin Constant.

A área mais importante para a sobrevivência étnica dos Ticuna - Evare (I e II) e outras que estão agora igualmente sendo objeto da presente demarcação - só foi efetivamente reconhecida no final de 1991, já na gestão do sertanista Sidney Possuelo e com uma modificação muito positiva na política indigenista brasileira (vide Oliveira, 1993).

Dada a ausência de previsão orçamentária para a demarcação das áreas Ticuna, o Magüta; Centro de documentação e Pesquisa do Alto Solimões, entidade civil independente e administrada por líderes Ticuna e antropólogos, propôs-se a tentar mobilizar no exterior os recursos necessários para os trabalhos de demarcação, carreando-os depois para a FUNAI. Em março de 92 foi assinado um convênio FUNAI/Magüta, ratificando os termos deste acordo. Seguindo rigorosamente os planos operacionais da FUNAI e os custos ali fixados, o Centro Magüta elaborou o Projeto Demarcação das Áreas Indígenas Ticuna, apresentando ao governo austríaco por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, em maio/92. Através da intermediação do VIDC/Vienna Institute for Development and Cooperation, o Projeto Demarcação venceu todas as etapas burocráticas, técnicas e políticas. Um ano depois, em maio/93, o convênio VIDC/Magüta foi assinado, propiciando-se a transferência dos recursos para a demarcação.

A diretoria fundiária e presidência da FUNAI devido ao volume de trabalho envolvido, que absorveria quase totalmente a capacidade operacional do órgão no que diz respeito à demarcação de terras indígenas, recomendou que os trabalhos fossem realizados através de uma empresa privada escolhida mediante seleção criteriosa. Assessorado por técnicos da Fundação Mata Virgem, Núcleo de Direitos Indígenas e da própria FUNAI, o Centro Magüta procedeu esta seleção. Um parecer da Procuradoria Geral da República ratificou a correção e legalidade de todo este procedimento. com o término da demarcação se encerra um ciclo de lutas e sofrimentos para o povo Ticuna. É de prever que uma vez resolvidos os principais conflitos fundiários, a tensão nas relações entre brancos e índios no Alto Solimões tenda a esmaecer, surgindo novas alternativas de articulação e cooperação. O território, fator chave para a sua sobrevivência étnica, já está jurídica e administrativamente garantido. Esta é uma base muito importante para que os Ticuna sejam cada vez mais senhores da construção de seu próprio futuro.

Referências Bibliográficas:

- OLIVEIRA, João Pacheco de
- 1975 - "O projeto Ticuna" in Política e ação indigenista brasileira. FUNAI, Brasília.
- 1979 - "O Projeto Ticuna: uma experiência de ação indigenista" Boletim do Museu Nacional, 34. Rio de Janeiro (Republicado em Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil. OLIVEIRA, J. P. (organizador). Marco Zero/UFRJ, 1987).
- 1988 - "O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar". São Paulo Marco Zero.
- 1993 - "Três modelos de intervenção do Estado no reconhecimento das terras indígenas: Democratização, remilitarização e reflexos da Unced". Resenha & Debate, Textos nº 2. Maio, 1993.

* Antropólogo do Museu Nacional/UFRJ e Vice-Presidente do Centro Magüta



ÁREAS DEMARCADAS

Evare I	546.000 ha	12.000
Evare II	165.000 ha	1.500
Porto Espiritual	3.550 ha	300
Vui-Uata-In	125.000 ha	3.000
Betânia	121.000 ha	4.000
Lago Beruri	4.600 ha	200
TOTAL	996.150 ha	21.000

Por uma revisão da "Busca da Terra sem Mal" dos Tupi

Francisco Noelli*

O tema foi considerado antropológicamente pela primeira vez em 1914, por Nimuendaju, nas "Lendas de criação e destruição do mundo, como fundamento da religião dos Apapocuva-Guarani". Antes, cronistas quinhentistas e seiscentistas registravam fragmentos do assunto. Posteriormente, Métraux, a partir da leitura parcial destas crônicas, repetiu e aprofundou as conclusões do etnógrafo alemão. Outros, transformaram os pesquisadores citados em fontes e raramente revisitaram todos os escritos coloniais. Foi privilegiada a religião como justificativa principal da expansão dos membros do Tronco Tupi, no leste da América do Sul. Além disso, Nimuendaju e Métraux, reproduzindo Martius von den Steinen e Ehrenreich, sugeriram que a expansão - através de determinadas rotas - foi veloz e próxima da invasão portuguesa. A uniformidade de lingüística e material explicaria a rapidez.

Desde 1927-28, data das publicações de Métraux, acadêmicos reproduzem inalteradamente a idéia das "migrações". Bartomeu Meliã, na Revista de Antropologia de 81, escreveu que os "desdobramentos interpretativos foram excessivos". Penso que isto se deu, pois estes desdobramentos foram apoiados nas sugestões dos exegetas e não no conteúdo das crônicas que, por sua vez, não validam a maioria das conclusões correntes. Além dele, José Brochado, em seu PhD de 1984 e Branislava Susnik, em 1975, nas Dispersões..., questionaram o modelo tradicional e acrescentaram novas facetas interpretativas, que trouxeram à tona elementos ignorados da expansão Tupi.

Brochado sugere que a expansão não teria seguido as rotas propostas inicialmente por Martius e que seja mais antiga do que era concebida. As datas radiocarbônicas atingem o ano zero e sua distribuição geográfica - a partir das hipóteses sobre a região de formação do proto-Tupi - pressupõe um recuo temporal mais amplo. Meliã resgata o outro significado de yvy marane'y (terra sem mal), que em 1639 era traduzido como "solo intacto, de onde não foi retirada madeira", refletindo uma classificação eco-ambiental Guarani. Susnik introduz a reflexão sobre a complexidade da organização social, das relações intertribais e da demografia na expansão dos Tupi.

Evidenciou-se portanto, a necessidade de uma revisão deste modelo que, a meu

ver, deve ser transdisciplinar e, fundamentalmente, ter como substrato toda bibliografia produzida sobre o Tronco Tupi. A erudição, neste caso, não será mera frivolidade, pois grande parte dos dados úteis estão publicados. A leitura sistemática de quase toda esta bibliografia, durante a pesquisa de mestrado sobre os Guarani me permitiu concluir que os desdobramentos da ecologia, da demografia e das relações intertribais definiram a velocidade e o caminho das expansões. Estes desdobramentos, atualmente, só podem ser identificados pela transdisciplinaridade entre arqueologia, lingüística e etnologia. Partindo de um enfoque etnobiológico, pude constatar que o ritmo da expansão seria lento, sedentário e não como o dos mongóis pelas estepes. A taxa de crescimento e a fenologia de muitas espécies intensamente utilizadas pelos Tupi, só permitia o uso das plantas depois de muitos anos de cultivo.

A determinação das rotas de expansão resulta da relação entre arqueologia e lingüística. A arqueologia fornece a geografia dos sítios e a cronologia. A lingüística auxilia na determinação das rotas, através da relação entre as línguas e famílias componentes do Tronco Tupi. Isto permite rigor epistemológico, pois a localização dos sítios garante um mapeamento preciso, retrospectivamente,

desde seu ponto de chegada até o ponto de partida, constatando continuidade ou mudanças materiais. Os dados etnológicos garantem o reconhecimento das áreas de chegada e elementos para comparações materiais e simbólicas.

A origem dos Tupi, conforme hipóteses propostas até 1970, foi em algum ponto entre o sul do Amazonas, oeste do Xingu, leste do Madeira e médio Paraguai. Também aceitaram que a principal rota de dispersão dirigiu-se ao sul e, depois, seguiu pelo litoral até o norte, entrando na Amazônia. Caminhos secundários preenchiam as bacias menores, envolvendo a Serra Geral e alcançou o oeste amazônico e os Andes bolivianos.

Na atualidade isto não corresponde ao progresso das ciências citadas, pois a relação entre algumas línguas, sobrepostas com os sítios arqueológicos, invalida a hipotética proposição original das rotas. Relações entre o Kokáma e o Tupinambá, entre o Guarani e o Tupinambá, estabelecidas por Aryon Rodrigues, indicam uma aproximação aos reais caminhos da expansão: 1º) a direção sul-norte é impossível, devido ao fato do Tupinambá não ser um desdobramento do Guarani; 2º) certas relações entre o Kokáma e o Tupinambá, que não existem com Famílias da Bacia Platina, especialmente no subconjunto onde aparece o Guarani, mostram a existência de outras direções. Em diferentes épocas o proto-Tupi teria tido desdobramentos que resultariam nas línguas e famílias atuais. A expansão foi radial, com rotas principais para o leste sobre o litoral brasileiro; para oeste em direção aos Andes; para o sul até a foz do rio da Prata. As bacias menores seriam paulatinamente ocupadas, complexamente, em direções variadas, decorrentes do crescimento demográfico, das relações intertribais e dos ecossistemas. Estas informações lingüísticas, publicadas a partir de 1985, iriam corroborar o modelo proposto um ano antes por José Brochado.

O prosseguimento das pesquisas exige o aprofundamento em vários campos, nas ciências em questão. Na arqueologia: a continuidade da procura, localização e datação de sítios na Amazônia, no Nordeste



e Centro-Oeste Brasileiro; detalhamento em nível regional; relações da cerâmica pré-cabralina com os grupos etnográficos, pois até o momento os relacionamentos mais consistentes estão restritos aos Guarani e Tupinambá; eliminação do conceito "Tupiguarani" (sem hífen), usado desde o PRONAPA, visando o reconhecimento de grupos distintos. Na lingüística, o detalhamento de cada língua, bem como das relações entre elas. Na etnobiologia e na arqueobiologia, principalmente o aprofundamento de técnicas de resgate e identificação de vestígios biológicos, dos estudos de subsistência e do manejo agroflorestal.

* Bolsa Recém-Mestre, Fapergs, Porto Alegre - PUC - RS

AGENDA

Vai acontecer

■ A Universidade Federal de Santa Catarina vai promover o concurso para Professor Adjunto de Antropologia. As inscrições já estão abertas e encerram-se no dia 28 de dezembro de 1993. Pré-requisito: Doutorado em Antropologia ou em áreas afins. Informações: Departamento de Ciências Sociais, UFSC, Telefone: (0482) 31-9250. Caixa Postal 476 - Campus Universitário.

■ SIMPÓSIO preparatório do Congresso Internacional de Americanistas - ICA, em Estocolmo (Suécia), de 28 de junho a 2 de julho de 1994. Informações: CESLA - Universidade de Varsóvia, Zurawia 4, 00-503 Warszawa. Telefones (48-2) 6253098, telex 825439 uw, fax (48-2) 6253170.

■ I CONCURSO SESI de Teses Universitárias (Mestrado e Doutorado) - Área de Ciências Humanas. Inscrições até o dia 22 de dezembro de 1993. Informações: Diretoria Técnica do Serviço Social da Indústria, Departamento Nacional - Setor Bancário Norte, Q. 01, BL. C, Edifício Roberto Simonsen - 10º Andar, sala 1000. Brasília, DF, CEP: 70040-903.

■ III CONGRESSO Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. I.C.S. Lisboa, 1994. Fundação Calouste Gulbenkian, de 4 a 7 de julho de 1994.

■ CONGRESSO Internacional - "As Novas Religiões - A expansão dos movimentos religiosos e mágicos. Recife, 15 a 17 de maio de 1994. UFPE. Prazo para inscrição: 28 de fevereiro de 1994. Informações: Pró-Reitoria de Extensão Cultural e Intercâmbio Científico, Av. Moraes Rego, 1235. CEP: 50670-901, Recife, PE. Telefones: (081) 271-8131 e 271-8132 (fax).

Aconteceu

■ II Conferência Nacional de Saúde para os povos Indígenas e I Conferência Estadual de Saúde para os povos indígenas. 13, 14 e 15 de outubro, em Florianópolis.

■ Curso sobre história e Cultura Açoriana. 18 a 22 de outubro, na UFSC.

■ I Encontro de Antropologia Médica, realizado em Salvador de 3 a 6 de novembro.

■ Caminhada Conjunta dos Trabalhadores Rurais do Estado de SP, de 3 a 8 de novembro. Apoio CPT/SP e DETR/CUT-SP.

■ Lançamento do livro: "Impeachment e papel picado: o público e o privado", de Daniel M. Izidoro, no dia 5 de novembro. Contato: R. Nereu Ramos, 356/610 - Centro, Florianópolis, SC.

■ Conferência Nacional - Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil. Universidade de Brasília, de 10 a 15 de novembro.

■ Seminário "Ciência e Sociedade: A Crise dos modelos" na UFPR, de 17 a 19 de novembro. "A Antropologia e a crise dos modelos explicativos" foi o tema da palestra proferida no dia 19 pelo profº Roberto Cardoso de Oliveira.

■ Mostra Internacional de Vídeos Étnico-Culturais (questão indígena), organizado pela fundação Mata Virgem, no período de 14 a 19 de dezembro. Contato: Gustavo Júnior, entre 9 e 13 horas, pelos telefones (061) 272-4640 e 274-9215.

■ O Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá, da Universidade Federal do Paraná encerrou suas atividades do ano de 1993 no dia 17 de dezembro, com a abertura de duas exposições de longa duração que, com nova linguagem museográfica, mostrou como se executa, ainda no litoral, o fabrico artesanal da farinha e da cachaça.

■ O Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá/UFPR, promoveu uma mesa redonda sobre a "Pesca Artesanal da Tainha" no litoral do Paraná, contando com a presença do pesquisador e biólogo, professor Marco Fábio Maia, do Centro de Estudos do Mar.

■ II Seminário Internacional sobre Problemas Ambientais dos Centros Urbanos - ECO URB-S'93. De 12 a 17 de dezembro de 93, no Anhembi - São Paulo, SP.

Antropologia Visual

O Espírito da TV

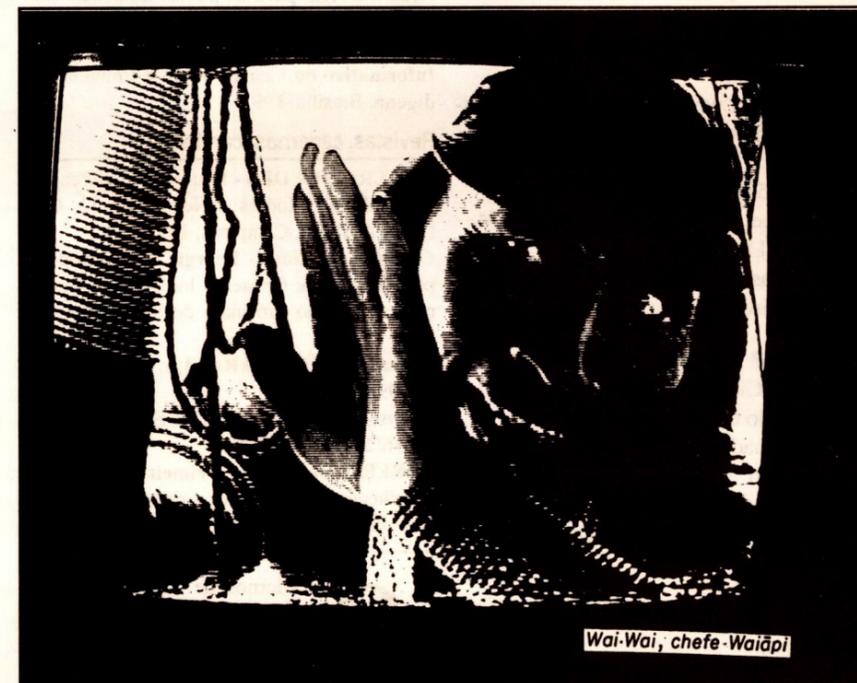
Ao levar uma televisão e um vídeo cassete para os índios Waiãpi, a equipe do projeto "Vídeo nas Aldeias" registra a tournée que o capitão Waiwai, chefe da aldeia Mariry, faz por várias aldeias do seu território. As emoções e reflexões de um grupo indígena vendo a própria imagem, e a de outros índios, num aparelho de TV são a tônica deste trabalho.

Waiwai mostra as imagens de sua primeira expedição à Brasília para falar com o governo e vídeos sobre vários outros povos indígenas brasileiros. Este documentário reúne as reações e os comentários da platéia durante e depois das projeções. Os índios refletem sobre a força da imagem, a diversidade dos povos índios e o mesmo tempo suas semelhanças frente o homem branco.

Este documentário tem 18 minutos de duração, versões em português, inglês e francês. Vincent Carelli foi o responsável pela direção e fotografia, enquanto Dominique Gallois fez a consultoria antropológica para diálogos, tradução e roteiro. A realização foi do Centro de Trabalho Indigenista.

A Arca dos Zo'é

Os índios Waiãpi, que conheceram o mundo através da televisão, decidem ir ao encontro destes índios recém-contactados no Rio Cuminapanema (norte do Pará) e



Wai-Wai, chefe Waiãpi

documentá-los. Ambos de língua Tupi, compartilham muitas tradições culturais, mas o Zo'é vivem hoje a experiência de contato que os Waiãpi tiveram há vinte anos. Ao retornar à sua aldeia, o chefe Waiwai comenta as imagens da viagem, registradas por Kasipirinã, o câmera da aldeia. Durante a visita eles comparam suas tecnologias, seus rituais, seus mitos e sua história. Os Zo'é propiciam aos visitantes o reencontro com o modo de vida e

os conhecimentos antigos. Os Waiãpi, em troca, levam aos Zo'é informações sobre os perigos do mundo dos brancos, que os isolados estão ansiosos para conhecer.

A arca dos Zo'é é um documentário de 21 minutos de duração, dirigido por Vincent Carelli e Dominique Gallois, realizado pelo Centro de Trabalho Indigenista em Betacam, no ano de 1993. A fotografia é de Vincent Carelli, som e tradução de Dominique Gallois e Edição de Tutu Nunes.

Programas de Pós-Graduação em Antropologia

- **UFPR** - Mestrado em Antropologia Social
Coordenadora: Dra. Maria Cecília Solheid da Costa
End: Rua General Carneiro, 460, 6º andar, Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR
Telefone: (041) 362-3038, ramal 224
Fax: (041) 264-2791
Data das próximas inscrições: 1º semestre de 94
- **UFRJ/MUSEU** - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Mestrado e Doutorado
Coordenador: Dr. Luiz Fernando Dias Duarte
End: Museu Nacional, UFRJ, Depto. de Antropologia, Quinta da Boa Vista, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.940-040
Telefone: (021) 284-9642
Fax: (021) 254-4320
- **USP** - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Coordenador: Dr. José Guilherme Cantor Magnani
End: Av. Luciano Gualberto, 315, Cidade Universitária - USP, São Paulo - SP
CEP: 05580-900
Telefone: (011) 211-2122, ramal 574
Fax: (011) 815-4272
Data das próximas inscrições: 17 a 28 de janeiro/94
- **PUC-SP** - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Mestrado e Doutorado
Coordenador: Dr. Edgard Assis de Carvalho
End: Rua Monte Alegre, 984, Pontifícia Universidade Católica, Perdizes, São Paulo - SP
CEP: 05014
Telefone: (011) 236-0211, ramais 206/207
Fax: (011) 872-2413
inscrições de 3 a 12 de novembro/93 e seleções de 22 a 30 de dezembro/93
- **UFRGS** - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Coordenador: Dr. Ari Pedro Oro
End: Av. Bento Gonçalves, 9.500, Porto Alegre - RS
CEP: 91540-000
Telefone: (051) 336-3699, ramal 6638
Fax: (051) 336-3699
Inscrições: à partir de 15 de outubro 93

Publicações Recebidas

Boletins, jornais, informativos

- MUTAÇÃO** - Informativo da Associação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí - APREMAVI, Ano III, nº 6, 2º e 3º trimestre de 1993
- Boletim subsídio do INESC** - nº III, outubro de 1993
- Boletim subsídio do INESC** - nº IV, outubro de 1993
- Jornal Primeira & Última** - nº 10 - 16/31 outubro de 1993 (IBASE, ISER, FASE e IDAC - Rio de Janeiro)
- Boletim CIMI SUL** - nº 85, set/out 93, São Paulo
- Boletim Informativo CECA/SC** - nº 2, maio/out 93, Amazonas
- MOMENTO/UFF** - Informativo da Universidade Federal Fluminense, nº 40, outubro de 1993
- ICHAN TECOLOTL** - Informativo do CIESAS - Ano 3, nº 36, Agosto de 1993, México
- PANEWA** - Órgão Informativo do CIMI/RO e CPT/RO, Ano IV - nº 18, nov/dez 93, Rondônia
- Jornal Ciência Hoje (SBPC)**, Ano VIII, nº 284, 285 e 286. Rio de Janeiro
- Informativo Grumin**, Ano I, nº 2, outubro de 1993, Rio de Janeiro
- Ação Survival para os povos indígenas**. Boletim de Ação Urgente da Survival International. Novembro de 1993.
- Informativo do Centro Visão e Imagem Indígena**, Brasília, 1993

Revistas, cadernos, cartilhas

- CADERNO CEDES** - Educação e diferenciação Cultural - Índios e Negros, nº 32, CEDES/PAPIRUS, Campinas, 1993
- Cartilha: Roraima - Energia e Alternativas para o Futuro**. Conselho Indígena de Roraima e Comissão Pró-Índio de SP, outubro de 1993
- Revista MBYA GUARANI**, nº 17, setembro de 1993, Assunção
- Dados - Revista de Ciências Sociais** - Volume 36/2 - IUPERJ, 1993.
- DEBERT, Guita Grin. Primeira Versão** - O envelhecimento em asilos e práticas profissionais para uma velhice adequada. Número 41,

Os Cadernos de Campo do Profº Thales de Azevedo, referentes as suas pesquisas sobre os italianos do Rio Grande do Sul, estão sendo publicados pela Universidade de Caxias do Sul (RS). As fontes destas pesquisas serviram como dados importantes para a publicação de Italianos e Gaúchos, hoje um dos clássicos da bibliografia sobre a imigração de italianos dentro do Brasil. O livro foi lançado na segunda quinzena de dezembro, na sede da Academia de Letras da Bahia.

IFCH/Unicamp, 1991.

CADERNOS ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), nº 4 - setembro de 1993 - e nº 5 - setembro de 1993. Porto Alegre.

Livros

Universidade Nacional de misiones e Editorial Universitaria:

1. **AMABLE**, Hugo José. Discursos Políticos en Escena - La construcción del candidato. Serie Los Testistas. Editorial Universitaria, Argentina, 1993.
 2. **ABINSANO**, Roberto C. MERCOSUR - Un modelo de integración. Colección Contemporanea. Editorial Universitaria. Argentina, 1993.
 3. **BARANGER**, Denis. Construcción y análisis de datos - Introducción al uso de técnicas cuantitativas en la investigación social. colección Cate-dra. Editorial Universitaria. posadas, 1993.
 4. **SOLIS**, Mª Esther Alonso de. Recetas para ser y parecer mujer. Colección Los Testistas. Editorial Universitaria. Posadas, 1993.
 5. **SERO**, Lilibiana. Cuerpos del Tabaco - La percepción del cuerpo entre las cigarreras. Colección Los Testistas. Editorial Univcersitaria. Posdas, 1993.
 6. **WEYREUTER**, Heinrich. Ardua fue la lucha - Destino de los clones alemanes en la selva. Libros de la memoria. Editorial Universitaria - UNaM, Posadas, 1992.
- Teses em Educação** - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Porto Alegre/Brasília, 1993.
- Teses em Educação** - ABPED e INEP 1991 - Porto Alegre/Brasília, 1993.
- ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO 91** - Editora Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1993,

Artigos

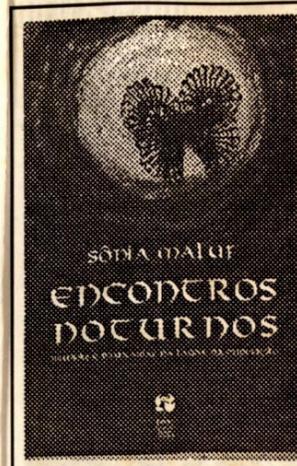
VIEIRA FILHO, João P.B. et alli. Cetoacido-se diabética em Índio Krenak. Revista da Associação Médica do Brasil, volume 38, nº 1, jan/mar 1992. São Paulo. MIRI, Loretta. Escola Indígena Federal, Estadual ou Municipal? Este é o problema (Legislação da Educação Escolar Indígena. Outubro de 1993. CP 107, 69.301-970 - Boa Vista, RR.

Teses premiadas

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) premiou quatro teses, que foram publicadas em 1993. São elas:

Cenas e Queixas - Um Estudo sobre Mulheres, Relações Violentas e a Prática Feminista, de Maria Filomena Gregori (Anpocs/Paz e Terra); *Cidades: Momentos e Processos - Sero e Diamantina na Formação do Norte Mineiro no Século XIX*, de José Moreira de Souza (Anpocs/Marco Zero); *Política e Políticas de uma Energia Alternativa: O Caso do Pró-Álcool*, de Maria Helena de Castro Santos (Anpocs/Notrya); e *Os Dilemas do Novo Sindicalismo - Democracia e Política em Volta Redonda*, de Wilma Mangabeira (Anpocs/Relume Dumará)

LANÇAMENTOS



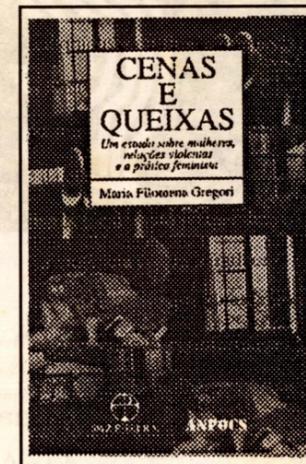
Encontros noturnos

Bruxas e Bruxarias da Lagoa da Conceição, de Sônia Maluf (Editora Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1993, 187 páginas), é um estudo sobre as narrativas de bruxas contadas como histórias reais pelos moradores das margens da Lagoa da Conceição, em Florianópolis (SC). A autora morou três anos no local, ouvindo muitas histórias - que tinham como personagem central uma figura feminina e cheia de poder (a bruxa) - e observando de perto a maneira de viver e pensar dos "nativos". Neste livro, Sônia Maluf analisa as narrativas como um texto cuja leitura permitiu que compreendesse mais sobre a constituição, na comunidade, de uma cultura de gênero, o campo simbólico em que as diferenças entre o "feminino" e o "masculino" são representadas e construídas entre os moradores.

Cenas e Queixas

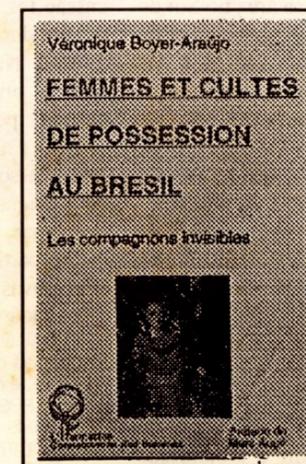
Cenas e Queixas - Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista, de Maria Filomena Gregori (Paz e Terra/ANPOCS, Rio de Janeiro, 1992, 218 páginas), analisa o discurso queixoso das vítimas da guerra conjugal - agressão e espancamento de mulheres por seus maridos -, assim como a trajetória de uma entidade feminista de apoio e conscientização, sob um ponto de vista inova-

dor e duplamente crítico. A obra divide-se em duas partes, traçando os percalços e as limitações do Grupo SOS Mulher, de São Paulo; e examinando as lamentações de 12 mulheres de diferentes classes sociais e em fases distintas da vida conjugal, cujos maridos as espancavam. Maria Filomena, professora de Antropologia na Unicamp, mostra que, ao se colocarem no papel de vítimas de um "outro" a quem cabe ser ou não o protetor, ser ou não benevolente, as agredidas estão, de certa forma, colaborando para sua própria perpetuação como um não-sujeito. A violência é moeda corrente.



Femmes et Cultes

Femmes et Cultes de Possession au Bresil: Les compagnons invisibles, de Veronique Boyer-Araújo (L'Harmattan, Paris, 1993, 287 páginas), não se prende somente às perspectivas antropológicas e ensaios sociológicos. Veronique se in-



teressa particularmente pelo movimento das mulheres nos terreiros, pelo culto à Umbanda e pelas relações de troca sexual constituída dentro do culto. Sua intenção é mostrar a amplitude da guerra dos sexos e o culto à possessão pelos caboclos dentro da sociedade católica brasileira. Seu estudo minucioso nos revela a troca de figuras estereotipadas, substituições imaginárias que adornam um mundo composto essencialmente de palavras por palavras. A oposição entre os terreiros que congregam as mulheres, com o exterior, a rua dos homens circulando entre performances disparatadas comandam a substituição do homem real, a impossibilidade e a insuficiência de uma masculinidade ideal.



Travesti

Travesti - A Invenção do Feminino, de Hélio Silva (Editora Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1993, 176p.), tenta retirar o debate do gueto e do domínio exclusivo de várias organizações homossexuais, ONGs e particularmente da Astral (Associação de Travestis e Liberados), dirigida atualmente por Jovana Baby. A luta pelos direitos dos travestis vem sendo conduzida por mãos bravas e a obra destina-se aos leigos, contendo pouca informação para o público especializado, já íntimo desse universo.

O autor tenta compartilhar com um público maior sua vivência com os travestis da Lapa e levantar algumas hipóteses e cogitações para alimentar um debate sobre o

tema. A partir do testemunho do autor, dessa etnografia, são revelados alguns flagrantes do cotidiano do travesti, de forma que sua dimensão humana, suas contradições, perplexidades, a nobreza e a miséria de sua condição cheguem até o leitor, não destituídos de sensualidade, sexualidade, humor e ironia, mas integrados a tais traços mais visíveis, evitando a caricatura e o pitoresco. A apresentação do livro é feita por Otávio Velho.

Medo do Feitiço

Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil, de Ivonne Maggie (Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1992, 292 páginas), pretende investigar as relações entre a crença na magia maléfica e benéfica, as acusações de feitiçaria e charlatanismo e os mecanismos sociais reguladores dessas acusações. A crença na magia e na capacidade de produzir malefícios por meios ocultos e sobrenaturais é bastante generalizada no Brasil desde os tempos coloniais. O livro procura responder as seguintes perguntas: Que crença é essa? Quais os mecanismos reguladores das acusações? O que significa a crença na feitiçaria na sociedade carioca republicana e contemporânea? Que tipo de dominação simbólica e de resistência à dominação foi possível diante do recrudescimento das acusações de feitiçaria no período que se estende de 1890 a 1986 no Rio de Janeiro? Medo do Feitiço foi agraciado com o Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa no ano de 1991.



ABA Regional vira Abinha Cone Sul

A participação numerosa de argentinos e a presença também de uruguaios e de pesquisadores capixabas, matogrossenses, paulistas, nordestinos e das Universidades do interior do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina marcaram a IV ABA-SUL, realizada em Florianópolis entre os dias 10 e 12 de novembro. A IV ABA-SUL, foi, em número de participantes e com 185 trabalhos apresentados entre GTs, painéis, dissertações, teses e oficinas, a maior das ABAs regionais já realizadas, consolidando definitivamente as iniciativas de encontros regionais.

Aberta oficialmente no Auditório da Reitoria da UFSC, a IV ABA-SUL teve, em seguida, como primeira atividade acadêmica, a palestra do professor M. Maffesolli (Paris V) "Cessar de Odiar o Presente" que foi debatido pela professora Carmen Rial (UFSC), para um público de 400 professores da UFSC e antropólogos que lotaram o auditório ou assistiram dos postos de televisão colocados do saguão da Reitoria.

Já na Praia do Campeche, lugar aprazível da hospedagem dos participantes e das outras atividades do evento, a Abinha prosseguiu com a mesa redonda "Ciência e Ética", coordenada pelo professor Sílvio Coelho dos Santos, presidente da ABA, que fez um histórico das relações da Associação Brasileira de Antropologia com as questões éticas. O professor Rafael Bastos (UFSC) que veio dos Estados Unidos para participar da IV ABA-SUL, buscou nos gregos a origem do debate ético contemporâneo: "Tudo o que se discutiu depois dos gregos", afirmou Rafael, "foram notas de rodapé". A professora Lux Vidal (USP), numa intervenção que uniu ética e estética, debateu os trabalhos apresentados sendo muito elogiada pelos ouvintes. O professor Roque Laraia (UnB) não pode comparecer e seu texto foi lido pela professora Cecília Helm (UFPR/UFSC-ABA).

A segunda mesa redonda, coordenada pela professora Ilka Boaventura Leite (UFSC), teve a participação da professora Mariza Corrêa (Unicamp), do professor Luiz E. Soares (ISER), que recorreu a trechos do livro "Travesti - A Invenção do Feminino", do professor Hélio Silva (UFSC) e "A História da Revolução Russa", de L. Trotski como exemplos de textos etnográficos densos. Raul Antelo (Teoria Literária - UFSC) encerrou a apresentação dos trabalhos que foram debatidos pelo professor Ricardo B. de Araújo (IUPERJ).

O tempo foi curto para a apresentação das 22 dissertações de mestrado defendi-



IV REUNIÃO REGIONAL ABA-SUL



Petroglifo da Ilha do Campeche

das nos últimos dois anos e que reafirma a significativa produção antropológica dos Programas de Pós-Graduação da UFSC e da UFRGS, além de três teses de doutorado dos professores dos Programas de Pós-Graduação da Região Sul. A áreas já consagradas no Sul do País, como Política Indigenista; Saúde, Xamanismo e Cura; Gênero e Família; Identidade Étnica e Territorialidade; e Religião, se acrescentaram novas temáticas como Globalização e Separatismo; Texto Etnográfico; Arqueologia; Estética e Arte; Desvio e Marginalidade distribuídos em 20 GTs.

Antropologia Visual

Além das mesas, a Abinha teve um simpósio sobre Antropologia Visual que serviu para consolidar essa área no Sul do País e que foi marcado por acirrada polêmica sobre a definição do campo e dos métodos da Antropologia Visual, conduzida pelos textos do professor Marcius Freyre (Multimeios - Unicamp) e do cineasta e roteirista da recente mini-série "Agosto", Giba Assis Brasil. As discussões prosseguiram no GT e nas sessões de vídeo que se prolongaram até às 23 horas. As versões preliminares de dois vídeos inéditos, "Cem Anos de Antropologia no Brasil", de Mariza Corrêa e "Ciranda, Cirandinha", sobre a circulação de crianças da Cláudia Fonseca foram longamente debatidos, assim como o vídeo "Arca de Z'óé", de Vincent Carelli e Dominique

Galois.

A área visual teve também a exposição de painéis de fotos.

Oficinas

A IV ABA-SUL apresentou como novidade bem sucedida a organização de Oficinas de Trabalho, que se realizaram ao final da tarde e foram espaços que reuniram professores e pesquisadores para troca de experiências e idéias, sem apresentação de textos. A Oficina "Experiências Didáticas", coordenada pelas professoras Noemi C. Brito (UFRGS) e Míriam Pillar Grossi (UFSC), discutiu materiais de campo, experimentos e formas alternativas do "fazer" antropológico, o uso do vídeo em sala de aula. O interesse da discussão fez com que os participantes decidissem dar continuidade à oficina durante a ABA Nacional. Também foram destacadas as oficinas "Etnomusicologia", coordenada pelo professor Rafael Bastos (UFSC) e a Oficina de Arte, coordenada pelas professoras Eljse Lagrou (UFSC) e Cleide Albuquerque (UDESC), que, entre outros temas, ensinou pintura corporal indígena aos participantes: muitos deles exibiram suas novas aptidões no baile de encerramento do evento.

Fotocópias dos *papers* apresentados na IV ABA-SUL e o catálogo podem ser obtidos junto ao PPGAS - UFSC, Campus Trindade, CEP: 88049-900, Florianópolis, SC. Fone: (0482) 31-9714 e 34-4069 (fax).

Caro sócio:

Este é o quadro dentro do qual você deverá redigir o resumo do seu trabalho a ser apresentado na XIX Reunião da ABA. Não temos preocupação com a uniformidade. Você poderá usar os recursos de sua máquina ou computador mas dentro dos limites do quadro. É imprescindível que tais limites não sejam ultrapassados e que rasuras sejam evitadas pois os resumos comporão uma publicação orientadora da Reunião, xerocados tal como você os escreveu. Este procedimento visa agilizar esta primeira publicação, permitindo que esteja disponível o mais rapidamente possível para a orientação dos participantes do encontro. É importante também, para maior destaque, que o cabeçalho (título, autor e instituição) seja redigido em caixa alta. O resumo deverá ser remetido para a Comissão Organizadora da XIX Reunião da ABA no endereço abaixo.

Título:
Autor:
Instituição:

Resumo:

Comissão Organizadora da XIX Reunião da ABA
Departamento de Antropologia
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatã - Sala 315 - Bloco "O"
Niterói - RJ
CEP: 24210-350

Telefone: (021) 719-4194
Fax: (021) 717-4553
Telex: UVFL 021-32076